

Registro realizado eletronicamente, por meio do sistema de registro de preços, sob o código QR, conforme a Lei nº 12.247/2010, em 14 de 19 de 19, CAT nº 252021135246 de 08/12/2021, página 14 de 19

96530	8.6.32 [Cotação] Duto em Aço Galvanizado Revestido com PVC "Sealtube" de Ø3/4"	PECA	2,000
96531	8.6.33 [Cotação] Eletroduto Corrugado em PEAD Ø1.1/2"	M	30,000
96533	8.6.35 [Cotação] Eletroduto de Fe. G.F. Ø01"x6m	M	160,000
96534	8.6.36 [Cotação] Eletroduto de Fe. G.F. Ø1.1/2"x6m	PECA	27,000
96535	8.6.37 [Cotação] Eletroduto de PVC Ríg. Ø01"x3m	PECA	4,000
96536	8.6.38 [Cotação] Eletroduto de PVC Ríg. Ø1.1/2"x3m	PECA	4,000
96537	8.6.39 [Cotação] Fita Auto-Fusão, Rolo 10m	PECA	2,000
96538	8.6.40 [Cotação] Fita de Aço Inoxidável com Presilha	ROL	5,000
96539	8.6.41 [Cotação] Fita Isolante Plástica, Rolo 20m	PECA	10,000
96540	8.6.42 [Cotação] Foto célula 10A - 1.200W com Suporte para Fixação e Base	ROL	3,000
96541	8.6.43 [Cotação] Haste de Aço-Cobreada Alta Camada, Dim. Ø5/8"x2,4m - NBR 13.571	PECA	94,000
96542	8.6.44 [Cotação] Isolador Roldana Porcelana Ø45mm 1,3kV	PECA	25,000
96543	8.6.45 [Cotação] Lâmpada Vapor de Sódio Ovoides 250W - Base E-40	PECA	50,000
96544	8.6.46 [Cotação] Lâmpada Vapor de Sódio Tubular 400W	PECA	12,000
96545	8.6.47 [Cotação] Lâmpada Vapor de Sódio Tubular 400W	PECA	92,000
96546	8.6.48 [Cotação] Luminária Fechada para Lâmpada Vapor de Sódio Tubular 400W - Alumínio Injetado e Vidro Plano	PECA	123,000
96547	8.6.49 [Cotação] Fusível NH com Suporte 2A	PECA	30,000
96548	8.6.50 [Cotação] Fusível NH com Suporte 6A	PECA	24,000
96549	8.6.51 [Cotação] Luva Vedada Ø1.1/2"	PECA	2,000
96550	8.6.52 [Cotação] Núcleo de Aço G.F. para Ø1 Luminária Topo 60mm	PECA	30,000
96551	8.6.53 [Cotação] Núcleo de Aço G.F. para Ø3 Luminária Topo 60mm	PECA	24,000
96552	8.6.54 [Cotação] Parafuso Cabeça Philips Rosea Interna Ø1/4"x40mm	PECA	107,000
96553	8.6.55 [Cotação] Poste Cônico Contínuo de Aço Reto #12m	PECA	54,000
96554	8.6.56 [Cotação] Base Retangular Tipo Bimontes para Lâmpada Vapor de Sódio 250W - Alumínio Fundido e Vidro Plano	PECA	12,000
96555	8.6.57 [Cotação] Reator Interno para Lâmpada Vapor de Sódio 250W	PECA	12,000
96556	8.6.58 [Cotação] Reator Interno para Lâmpada Vapor de Sódio 400W	PECA	92,000
96557	8.6.59 [Cotação] Suporte Fixação Caixa Medidor Polifásico em Poste Circular	PECA	4,000

### 18 - SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO

96284	7.2 [Cotação] Arruela de Alumínio Ø01"	PECA	2,000
96285	7.3 [Cotação] Arruela de Alumínio Ø1.1/2"	PECA	4,000
96287	7.5 [Cotação] Bucha de Alumínio Ø01"	PECA	2,000
96288	7.6 [Cotação] Bucha de Alumínio Ø1.1/2"	PECA	4,000
96291	7.9 [Cotação] Cabo de Cobre Isolação EPR 90°, 0,6/1kV #16mm², Branco	M	810,000
96292	7.10 [Cotação] Cabo de Cobre Isolação EPR 90°, 0,6/1kV #16mm², Preto	M	810,000
96293	7.11 [Cotação] Cabo de Cobre Isolação EPR 90°, 0,6/1kV #16mm², Vermelho	M	810,000

Rua Venâncio Silva, 162 - Ed. das Diretorias 10º andar - Centro - Florianópolis - 88010-300  
Fone: +55 (48) 3664-9100 / 3664-2000 - http://www.sis.se.gov.br - E-mail:

SEED



96294	7.12 [Cotação] Cabo de Cobre Isolação PVC 70°, 450/750V #16mm², Verde	M	810,000
96295	7.13 [Cotação] Cabo de Cobre nu #10mm²	M	23,000
96296	7.14 [Cotação] Cabo de Cobre nu #16mm²	M	1,000
96298	7.16 [Cotação] Cabo Multiplexado 3vias PVC, 1kV #6,0mm²	M	250,000
96299	7.17 [C10.44.05.32.010-IPPUJ] Caixa de Passagem em Concreto, Dim. #68x44x80cm	PECA	2,000
96300	7.18 [Cotação] Caixa de Passagem Metálica de Embutir em Piso, Dim., #15x15x10cm	PECA	18,000
96302	7.20 [Cotação] Caixa para Medidor Polifásico Provida de Lente Padrão Celesc, Dim. #50x25x23cm (A x L x P)	PECA	2,000
96307	7.25 [Cotação] Conector de Compressão Tipo "Sapata" #10mm²	PECA	19,000
96308	7.26 [Cotação] Conector de Perfuração 4x16mm²	PECA	68,000
96309	7.27 [Cotação] Conector Reforçado Haste 5/8"xCabo #10mm²	PECA	13,000
96310	7.28 [Cotação] Conector Reforçado Haste 5/8"xCabo #16mm²	PECA	7,000
96311	7.29 [Cotação] Curva de 180° de PVC Ríg. Ø1.1/2"	PECA	2,000
96312	7.30 [Cotação] Disjuntor 3P, curva "C", 3 kA - 40A	PECA	2,000
96315	7.33 [Cotação] Eletroduto Corrugado em PEAD Ø1.1/2"	M	990,000
96318	7.36 [Cotação] Eletroduto de Fe. G.F. Ø1.1/2"x6m	PECA	2,000
96319	7.37 [Cotação] Eletroduto de PVC Ríg. Ø1"x3m	PECA	3,000
96320	7.38 [Cotação] Eletroduto de PVC Ríg. Ø1.1/2"x3m	PECA	2,000
96321	7.39 [Cotação] Fita Auto-Fusão, Rolo 10m	ROL	2,000
96322	7.40 [Cotação] Fita de Aço Inoxidável com Presilha	PECA	10,000
96323	7.41 [Cotação] Fita Isolante Plástica, Rolo 20m	ROL	2,000
96324	7.42 [Cotação] Fotocélula 10A - 1.200W com Suporte para Fixação e Base	PECA	64,000
96325	7.43 [Cotação] Haste de Aço-Cobreada Alta Camada, Dim. Ø5/8"x2,4m - NBR 13.571	PECA	20,000
96328	7.46 [Cotação] Lâmpada Vapor de Sódio Tubular 400W	PECA	64,000
96329	7.47 [C10.24.20.24.005-IPBUJ] Lâmpada em Conector	M	65,000
96330	7.48 [Cotação] Luminária Fechada para Lâmpada Vapor de Sódio Tubular 400W - Alumínio Injetado e Vidro Plano	PECA	64,000
96333	7.51 [Cotação] Luva Vedada Ø1.1/2"	PECA	2,000
96335	7.53 [Cotação] Núcleo de Aço G.F. para 02 Luminária Topo 60mm	PECA	2,000
96337	7.55 [Cotação] Núcleo de Aço G.F. para 04 Luminária Topo 60mm	PECA	15,000
96340	7.58 [Cotação] Poste Cônico Contínuo de Aço Reto #12m	PECA	5,000
96341	7.59 [Cotação] Poste Cônico Contínuo de Aço Reto #15m	PECA	12,000

Quando houve a emissão do atestado – CAT nº 252021135246, a obra estava em andamento, por isso não existe a descrição dos serviços que foram anotados na ART para posterior emissão da Certidão de Acervo Técnico, porém todos os serviços que constam no atestado foram executados pela INFRASUL.

89270 - GUARAMIRIM - SC  
Registrada em: 02/12/2019 situação: "ATIVIDADE EM ANDAMENTO"  
Período (Previsto) - Início: 25/05/2017 Término: 19/04/2022  
Autoria: CO-RESPONSÁVEL

Profissional: 013264-4 LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA  
Tipo...: SUBST. ART VINCULADA A ART: 6250534-1

Profissional: 013264-4 LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA

Atividades Técnicas: Atividades e Quantidades executadas no período conforme atestado vinculado a presente certidão.



**ATESTADO 03 – Execução de deck tipo cais em São Francisco do Sul/SC (inclusive instalações elétricas e postes) - CAT nº 1974/2008**

Nessa obra foram executados toda a parte das instalações elétricas de um deck de 935,00m<sup>2</sup> em uma área pública, inclusive 200,00m de eletroduto e 16,00 postes de iluminação, conforme as imagens do atestado e CAT a seguir.

<b>06.00</b>	<b>Instalações Elétricas</b>		
06.01	Aterramento completo, com hastes de cobre c/ alma de aço tipo "copperweld"	unid	1,00
06.02	Base em concreto armado virado em obra, controle "B", consistência para vibração, brita 1, fck 20 MPa	unid	4,00
06.03	Braçadeira subnla 1"	unid	40,00
06.04	Cabo isolado tipo sintenax seção 4 mm <sup>2</sup> - 0,6/1kv - 70°C, cor azul-claro	m	200,00
06.05	Cabo isolado tipo sintenax seção 4 mm <sup>2</sup> - 0,6/1kv - 70°C cor preta	m	200,00
06.06	Cabo isolado tipo sintenax seção 4 mm <sup>2</sup> - 0,6/1kv - 70°C cor verde	m	200,00
06.07	Caixa de passagem em alvenaria dimensões internas (65x45x80cm) em alvenaria de tijolo rebocado	unid	1,00
06.08	Caixa passagem em alumínio dimensões 20x20x10cm	unid	1,00
06.09	Condulete em liga de alumínio fundido tipo "I" ø 1"	unid	5,00
06.10	Condulete em liga de alumínio fundido tipo "Ir" ø 1"	unid	5,00
06.11	Condulete em liga de alumínio fundido tipo "T" ø 1"	unid	12,00
06.12	Curva curta 90 de PVC rígido para eletroduto roscável, ø 32mm (1")	unid	5,00
06.13	Eletroduto de aço carbono com costura galvanizado a fogo, inclusive conexões, ø 25mm (1")	m	200,00
06.14	Eletroduto de PEAD flexível corrugado ø 50mm (2") ref. Kanafléx	m	10,00
06.15	Fita de alta fusão 10m	unid	1,00
06.16	Fita isolante 10m	unid	1,00
06.17	Luminária completa para sinalização náutica, corpo em alumínio, tipo tartaruga, flangeada ref.: wetzel, lâmpada incandescente cor amarela 100w	unid	7,00
06.19	Poste de ferro galvanizado à fogo diâmetro 3 1/2" x 4,0m flangeado com chumbadores, contendo uma luminária Slim ref.: Cemur, reator e lâmpada vapor metálico de 150w	unid	16,00
06.20	Quadro de proteção distribuição e controle conforme diagrama unifilar (montado com dr, relé, contator, etc)	unid	1,00
06.21	Reassentamento de paralelepípedo sobre coxim de areia, compactação c/ compactador mecânico tipo placa	m <sup>2</sup>	20,00
06.22	Reassentamento de placas de granito bruto existentes 20x20cm, assentada em base de areia h=15cm, rejuntado c/ mistura de areia e cimento 1:3, compactado c/ compactador mecânico tipo placa	m <sup>2</sup>	20,00

\*\*\*\*\*  
Empresa.....: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTD  
Proprietario.: PREF MUN DE SAO FRANCISCO DO SUL  
Endereco Obra: RUA BABITONGA  
89240 - SAO FRANCISCO DO SUL - SC  
Cadastrada em: 07/02/2007 Baixada em...: 05/06/2007  
Periodo (Previsto) - Inicio: 27/07/2006 Termina.....: 27/02/2007  
Autoria.....: CO-RESPONSAVEL Tipo.....: NORMAL  
EXECUCAO

**ESTAQUEAMENTO**

Dimensao do Trabalho ..: 1.076,00 METRO(S)  
ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO  
Dimensao do Trabalho ..: 50,50 METRO(S) CUBICO(S)  
ESTRUTURA DE MADEIRA

~~Dimensao do Trabalho ..: 935,00 METRO(S) QUADRADO(S)~~  
**INSTALACAO ELETRICA EM BAIXA TENSAO PARA FINS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS**  
Dimensao do Trabalho ..: 935,00 METRO(S) QUADRADO(S)

Novamente mesmo não sendo exigência do Edital, a empresa INFRASUL apresentou e é nítida a comprovação em relação a execução de serviços de iluminação pública, conforme os atestados técnicos apresentados no certame em seus documentos de habilitação, cumprindo além da exigência da parte técnica solicitada no edital.

Ademais, cabe salientar que o edital não especificou quais serviços e/ou itens da planilha de orçamento deveriam ser comprovados, muito menos solicitou um quantitativo mínimo. Somente que fosse apresentado atestado técnico que “comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado”. Não há que se diferenciar se nos atestados técnicos apresentados há 1, 10, 100 ou 1.000 postes ou metros de pavimentação asfáltica, visto que a exigência do edital não solicitava um item específico com uma determinada quantidade.

Era necessário apenas apresentar atestado técnico com atividades relacionados ao objeto da licitação - TRATAMENTO URBANÍSTICO DE VIAS PÚBLICAS. Como na planilha de orçamento, parte integrante do processo licitatório, possui serviços relacionados a pavimentação asfáltica e iluminação, não há o que questionar quanto a comprovação técnica da empresa INFRASUL.

Ora, cumprida as exigências do Edital, cumpridas além das exigências do Edital e habilitada a empresa INFRASUL é a medida correta e que deve ser mantida sob sim, pena de ilegalidade se ocorrer o contrário.



**b) DA PRECLUSÃO DO DIREITO DE ALTERAR AS NORMAS EDITALÍCIAS**

Caso não houvesse a concordância do concorrente com as normas previstas no Edital, deveria o mesmo impugnar o item antes da sessão de abertura dos envelopes e, conforme disposto na norma geral da Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei nº 8.666/1993 em seu Art. 41.

Isto pois, a regra editalícia é a lei a ser cumprida no certame, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Não obstante, também há previsão para impugnar no próprio edital no item 6, sendo que **as previsões editalícias vinculam, com força de lei, o procedimento licitatório**. Caso não haja a formalização da impugnação, a licitante declara sua anuência, assume as condições e se dispõe a cumprir as todas as condições impostas pela Contratante.

Portanto, está correto e deve ser mantido o julgamento da comissão de licitações em observância não só ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório, mas também aos princípios da legalidade e igualdade.

A empresa STEL não pode agora, a fim de se beneficiar, criar regras após a sessão de abertura da licitação, por mero oportunismo, para solicitar a inabilitação das demais empresas que cumpriram o edital. Caso tal empresa entendesse que fosse imprescindível que as licitantes tivessem engenheiro eletricista no quadro técnico da empresa, ou que o atendimento das exigências técnicas fosse com atestados que contemplassem um quantitativo e/ou serviço específico da planilha de orçamento, deveria ter solicitado a impugnação do certame, antes da abertura dos envelopes.

Inclusive o direito de levantar tais questões precluiu já que não o fez em sede de impugnação do Edital, querendo utilizar o recurso administrativo para incorreta e alterar as regras do certame a seu favor. Ora, medida irregular, que frustraria o certame e anularia o Edital haja vista que, além de acarretar atrasos e prejuízos ao erário público que não poderia frustrar a participação de concorrentes mudando a regra do edital nesse momento e, certamente restringiria ainda mais o certame apenas facilitando a participação da empresa STEL.

Em seu recurso, a STEL não deve induzir ao erro a Comissão de Licitação, quando ela vem alegar sobre itens de maior relevância, tecnicidade criando regras não presentes no Edital. E já avaliadas e decididas pela Administração quando lançou as regras do certame.

Vejamos:

#### DO EDITAL

O Edital informa que o valor dos serviços relativos à parte ELÉTRICA é de R\$ 5.097.036,69, conforme item 12.1 do Anexo I -B, ou seja, a parcela de MAIOR RELEVÂNCIA sob o aspecto financeiro e de MAIOR TECNICIDADE sob o aspecto da complexidade técnica dos serviços a serem executados, ademais não há indicação de parcela de maior relevância no instrumento convocatório, logo, deve prevalecer o preço correspondente.<sup>3</sup>

#### INFRASUL

O Atestado técnico (Certidão – fls 800) bem como o não contempla NENHUMA atividade na rede elétrica, já a Certidão de fls. 815 comprova a instalação de 17 (dezessete) postes e o Atestado de fls. 834 apenas 16 (dezesesseis) enquanto o objeto do certame é referente a mais de MIL POSTES, logo, os atestados não atendem ao critério semelhança ou similaridade<sup>4</sup>

É evidente no edital, em seu item 2, quanto ao objeto da licitação – TRATAMENTO URBANÍSTICO DE VIAS PÚBLICAS, e não há o que discutir quanto a itens de maior relevância financeira ou técnica para atendimento dos itens 10.2.3 e 10.2.4, visto que a exigência editalícia era apresentar somente atestado técnico com atividade pertinente ao objeto licitado, sem indicação de serviço e/ou quantitativo mínimo.



A STEL também afirma erroneamente que os serviços executados na CAT 01974/2008 se referem a uma instalação residencial, o atestado vinculado a referida CAT dispõe nitidamente que se trata de uma obra em uma área pública, vejamos:

**DADOS DA OBRA:**

1. Contrato nº 138/2005
2. Objeto do contrato: **Execução de um deck tipo cais, construído em meio marítimo (Baia da Babitonga), com infraestrutura de concreto armado, superestrutura de madeira de lei (Itaúba) composta por barrotes, tablado e guarda-corpo e instalações elétricas, inclusive postes com luminárias padrão Slim.**
3. Endereço da obra: Baia da Babitonga, junto ao Mercado Público Municipal e Área do Aterro - Centro Histórico - São Francisco do Sul - SC.

Nesse sentido, caso haja a inabilitação de empresa tecnicamente capaz, além de incorreto é ato ilegal, afastando inclusive a obtenção da proposta mais vantajosa, prejudicando o erário e a população pagadora de impostos incorrendo na desobediência do Princípio da Moralidade e da Probidade Administrativa. **Cabe analisarmos, o que é mais importante para Administração Pública e em consequência para comunidade local, admitir ou excluir do certame**, empresa competitiva de anos de mercado, com know-how, qualidade e excelência que pode apresentar melhor preço com técnica tornando certame mais viável, zelando pelo bom uso do dinheiro público

E nesse sentido expressa a própria Lei de Licitações:

**“art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”**

Ademais, há o princípio da competição e entendimento do Supremo Tribunal de Justiça acerca do tema que devem ser observados para manutenção da habilitação da contrarrazoante que seguem:

**“Princípio da Competição: Nos certames de licitação, esse princípio conduz o gestor a buscar sempre o maior número de competidores interessados no objeto licitado.”**

MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PROPOSTA TÉCNICA. INABILITAÇÃO. ARGÜIÇÃO DE FALTA DE ASSINATURA NO LOCAL PREDETERMINADO. ATO ILEGAL. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

**1. A interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento licitatório, restringindo o número de concorrentes e prejudicando a escolha da melhor proposta.**

(STJ - MS: 5869 DF 1998/0049327-1, Relator: Ministra LAURITA VAZ, Data de Julgamento: 11/09/2002, S1 - PRIMEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJ 07.10.2002 p. 163)

Portanto, está correta e é a medida mais cabível a decisão da Comissão de Licitação habilitar a empresa INFRASUL, visto que esta apresentou atestados técnicos juntamente de suas CAT que comprovaram a execução de obras com atividade pertinente ao objeto licitado, atendendo as exigências técnicas do edital.

Qualquer decisão diferente desta em acolher o recurso da STEL seria a anulação do certame diante de MUDANÇAS DE REGRAS DO EDITAL, o que geraria mais custos e morosidade da Administração Pública que já analisou e lançou edital da forma que se apresenta, tendo as empresas anuído com tais condições e exigências.

#### **IV. DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer-se que não acolha as razões do recurso da empresa STEL, seja mantido o julgamento da Comissão que habilitou a empresa INFRASUL no presente certame para prosseguir com as demais etapas do certame.

Nestes termos,

Pede e aguarda deferimento.

Joinville (SC), 15 de agosto de 2023.

**ANNA CLÁUDIA DA COSTA**  
**INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

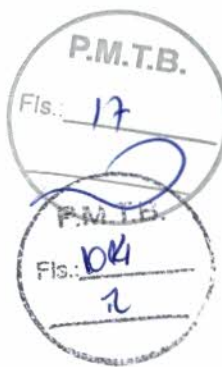




# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

3º Tabelionato de Notas e  
2º de Protesto de Títulos  
WILLIAN GARCIA DE SOUZA - Tabelião  
Rua Dona Francisca, 444 - Caixa Postal 297 - Centro  
Fone: (47) 3422-9975 - Fax (47) 3423-0457 - CEP: 89201-250  
Comarca de Joinville - Santa Catarina - Brasil  
Email: tabelionatowsouza.2@bol.com.br  
www.tabelionatowsouza.com.br

Livro: 1276  
Folha: 062  
Protocolo: 6946/2015  
Data Prot.: 06/08/2015  
Ficha nº 00594844  
1ª Traslado  
Natureza: PROCURAÇÃO



## PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ, na forma abaixo:-

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze (06/08/2015), nesta cidade e Comarca de Joinville, Estado de Santa Catarina, perante mim, Nathali Diana Lemos, Escrevente Notarial, compareceu como outorgante, **INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Eugênio Moreira esquina com Rua Alexandre Schlemm, nº 187, salas 6, 7 e 9, 1º andar, bairro Anita Garibaldi, nesta cidade de Joinville, Estado Santa Catarina, inscrita no C.N.P.J. sob o número 03.094.645/0001-29; neste ato representada por seu Administrador: LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA, brasileiro, casado, engenheiro civil, nascido aos 06/04/1957, portador da Cédula de Identidade nº 372.764-SESPDC/SC e inscrito no CPF/MF sob nº 381.042.459-53, residente e domiciliado à Rua Otto Boehm, nº 665 - Apto 301, bairro América, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, representação feita nos termos de seu contrato social, cuja cópia encontra-se arquivada nestas notas, sob nº 360/2015, na pasta própria de nº 07. A comparecente, identificada como sendo a própria por mim, Escrevente Notarial e pelo Tabelião, conforme documentos expedidos pelas autoridades competentes e que me foram apresentados, tomados por bons ante suas características gerais de apresentação e conteúdo, do que dou fé. E, que por este público instrumento nomeia e constitui sua bastante procuradora: ANNA CLAUDIA DA COSTA, brasileira, solteira, maior, advogada, portadora da Cédula de Identidade Profissional nº 29.824-OAB/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 010.218.199-30, com endereço profissional à Rua Eugênio Moreira esquina com a Rua Alexandre Schlemm, nº 187 - salas 6, 7 e 9, 1º andar, bairro Anita Garibaldi, nesta cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina; a quem confere poderes para foro em geral, os mais amplos das cláusulas "Ad Judicia e Ad Extra-Judicia", bem como os especiais para, onde com esta se apresentar, ficando deferido a outorgada requerer a inicial, mover e processar ações, contestá-las, fazer reclamações de quaisquer espécies, justificar, variar de ações e de pedidos, notificar interpelar, protestar, acordar, discordar, transigir, desistir, receber quantias e dar quitação, renunciar em juízo e fora dele, arrematar ou adjudicar em qualquer praça ou leilão, prestar compromisso de inventariante, interpor quaisquer recursos, requerer, assinar, praticar, perante qualquer repartição pública, entidade autárquica ou paraestatal, juízo, instância ou tribunal, tudo que julgar conveniente ou necessário ao bom e fiel desempenho deste mandato, que poderá ser substabelecido, no todo ou em parte, a quem melhor lhe convier, com ou sem reservas de poderes. O nome e dados da procuradora e os elementos relativos ao objeto do presente instrumento foram fornecidos e conferidos pela outorgante, que por eles se responsabiliza. Foram-me apresentados os documentos de identificação das partes, cujas fotocópias aqui ficam arquivadas. ASSIM CONVENCIONADOS E CONTRATADOS pedi que lhes lavrasse esta procuração, à qual lhes sendo lida foi aceita pelas parte e comparecente(s) que outorgar e assina. Eu, Nathali Diana Lemos, Escrevente Notarial, que a digitei e conferi. Eu, Willian Garcia de Souza - Tabelião, a subscrevo, dou fé e assino em público e raso. Joinville-SC, 06 de agosto de 2015. (AA) LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA, Willian Garcia de Souza - Tabelião, Emolumentos R\$ 27,50 Selo R\$ 1,55 ISS R\$ 0,83 Total R\$ 29,88. Nada Mais. Traslada em seguida, conferindo com o original, ao qual me reporto e dou fé.

Joinville/SC, 06 de agosto de 2015





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

3º Tabelionato de Notas e  
2º de Protesto de Títulos  
WILLIAN GARCIA DE SOUZA - Tabelião  
Rua Dona Francisca, 444 - Caixa Postal 297 - Centro  
Fone: (47) 3422-9975 - Fax (47) 3423-0457- CEP: 89201-250  
Comarca de Joinville - Santa Catarina - Brasil  
Email: tabelionatowsouza.2@boi.com.br  
www.tabelionatowsouza.com.br

Livro: 1276  
Folha: 063  
Protocolo: 6946/2015  
Data Prot.: 06/08/2015  
Ficha nº 00594844  
1º Traslado  
Natureza: PROCURAÇÃO



Em testº da verdade.

Nathali Diana Lemos  
Escrevente Notarial

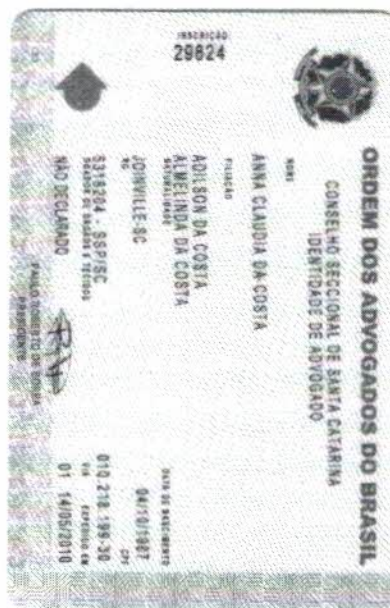
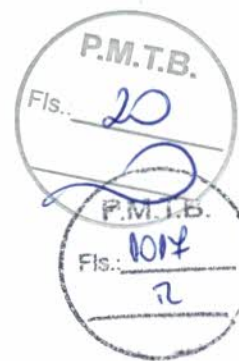


Poder Judiciário  
Estado de Santa Catarina  
Seo Digital de Fiscalização  
Selo Normal  
DZA08064-2165  
Contra os dados do ato em  
selo.jsc.jus.br











**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**

**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

**INFRA ENGENHARIA HOLDING LTDA.**, pessoa jurídica brasileira de direito privado, com sede e foro na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 410, bloco B, sala 809, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89201-906, inscrita no CNPJ sob o nº 44.542.671/0001-50, com Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42206894273, em sessão de 09/12/2021, neste ato representada por seu administrador **MARCELO GAYOSO NEVES PEDREIRA DE CERQUEIRA**, brasileiro, casado pelo regime de separação de bens, empresário, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 01619850716, expedida pelo DETRAN/SC, inscrito no CPF nº 036.934.009-46, residente e domiciliado na Rua Pastor Fritz Bühler, nº 76, ap. 1101b, Centro, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89201-470.

Única sócia da Sociedade Unipessoal Limitada que gira sob a denominação social de **INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.**, pessoa jurídica brasileira de direito privado, com sede e foro na Rua Eugênio Moreira, nº 187, 1º andar, salas 06, 07 e 09, bairro Anita Garibaldi, na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP 89202-100, inscrita no CNPJ sob o nº 03.094.645/0001-29, com contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob nº 42202664770, em sessão de 14/04/1999, resolve alterar o contrato social da seguinte forma:

1. Aprovado que a sócia única poderá deliberar a distribuição desproporcional dos resultados.
2. Em virtude da deliberação acima, fica alterado o Parágrafo 1º da Cláusula 9ª do Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**CLÁUSULA 9ª - [...]**

**Parágrafo 1º** - *Decidindo-se pela distribuição dos resultados, os lucros e prejuízos serão destinados conforme aprovação da única sócia, podendo ser de forma desproporcional.*

Página 1 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

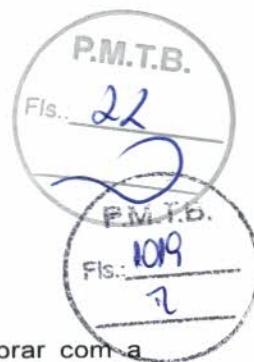


D4Sign 63b4df87-257b-4c1f-95fa-12e460a6dfd1 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar/> em exercício  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=cf042zfc0LanJHbJf0gFa&chave2=Ug8cwwsph\_-ckj5CvulRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 03693400946-MARCELO GAYOSO NEVES PEDREIRA DE CERQUEIRA

**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

3. Devido às modificações ora realizadas, o Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação consolidada:

**CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO, INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO**

**CLÁUSULA 1ª** - A denominação desta Sociedade é "**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**" sendo regida de conformidade com a Lei nº 10.406/2002, supletivamente pela Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais pertinentes.

**CLÁUSULA 2ª** - A Sociedade tem sede social e domicílio na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Eugênio Moreira, nº 187, 1º andar, salas 06, 07 e 09, CEP 89202-100, bairro Anita Garibaldi.

**Parágrafo único** - A Sociedade pode a qualquer tempo instalar, manter e extinguir filiais, agências, representações, depósitos ou outras dependências no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada pela sócia.

**CLÁUSULA 3ª** - A Sociedade tem por objetivo as atividades voltadas para os setores privado e público, executáveis, direta, ou indiretamente, podendo ser sob concessão, permissão, locação e arrendamento, a saber:

- a) terraplenagem, pavimentação, exploração, construção, reforma, recuperação, limpeza, conservação, dragagem, escoramento, operação, administração e gestão de: estradas, edificações, vias e logradouros públicos, pontes, rios, viadutos, túneis, canais, portos, aeroportos, ferrovias e marinas. (CNAE 42.11-1/01, 43.13-4/00, 41.20-4/00, 42.13-8/00, 42.91-0/00, 42.99-5/99, 52.31-1/02, 43.99-1/01, 71.12-0/00, 42.12-0/00)
- b) construção civil e pesada, compreendendo: edificações de qualquer natureza, inclusive, residenciais, comerciais, industriais e públicas. (CNAE 41.20-4/00, 43.99-1/01)
- c) saneamento ambiental, irrigação, incluindo captação, adução, tratamento e distribuição de água para abastecimento em geral. (CNAE 42.22-7/01, 42.22-7/02, 36.00-6/01)

Página 2 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023



**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

- d) paisagismo, urbanização, geração e transmissão de energia e telefonia. (CNAE 81.30-3/00, 42.13-8/00, 35.11-5/01, 35.12-3/00)
- e) operação e administração de marinas, estacionamentos fixos e rotativos e de sistemas de sinalização viária. (CNAE 93.29-8/99, 52.23-1/00, 42.11-1/02)
- f) coleta, remoção, tratamento e disposição final de esgoto sanitário. (CNAE 37.01-1/00, 37.02-9/00)
- g) serviços de limpeza e coleta de resíduos, sua remoção, tratamento, beneficiamento, destinação final, quer sejam resíduos industriais, hospitalares, públicos ou domiciliares. (CNAE 81.29-0/00, 38.12-2/00, 38.11-4/00)
- h) prospecção de jazidas, extração de produtos minerais, aproveitamento da matéria prima decorrente, industrialização de seus sub-produtos e sua comercialização. (CNAE 71.19-7/02, 08.10-0/99, 08.99-1/99, 09.90-4/03)
- i) locação de tratores de esteira, moto niveladoras, rolos compactadores, caminhões, pás carregadeiras, compressores de ar, escavadeiras e equipamentos. (CNAE 77.32-2/01, 77.19-5/99)
- j) fabricação de produtos minerais não metálicos. (CNAE 23.99-1/99)

**Parágrafo 1º** - A atividade descrita no item J - fabricação de produtos minerais não metálicos será exercida pelas filiais, não sendo desenvolvida no endereço da matriz.

**Parágrafo 2º** - Não há guarda e/ou utilização de máquinas e equipamentos pesados, destinados as atividades que compreende as obras de infraestrutura e de construção civil, no endereço da matriz da empresa.

**Parágrafo 3º** - A Sociedade tem 3 (três) filiais nas seguintes cidades e endereços:

- a) em Joinville/SC, na Rodovia SC-413, Km 20, s/n, sala 02, Zona Industrial, CEP 89219-000, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC em 17/05/1999, sob NIRE 42900493377 e inscrita no CNPJ sob nº 03.094.645/0002-00.
- b) em Camboriú, Estado de Santa Catarina, na Rua Antonio Lopes Gonçalves Bastos, s/n, Rod SC 402, Rio Pequeno, CEP 88.343-412, registrada na Junta Comercial do Estado de

Página 3 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

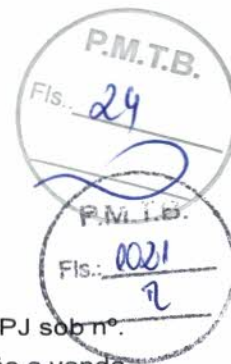
Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

Santa Catarina- JUCESC em 21/07/2000, sob NIRE 42900520871 e inscrita no CNPJ sob nº 03.094.645/0013-62. Destaca-se o objetivo social da filial que consiste em fabricação e venda de produtos minerais não metálicos e construção de rodovias e ferrovias. (CNAE 23.99-1/99, 42.11-1/01); e

c) em Jaraguá do Sul/SC, na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1594, sala 15, Centro, CEP 89.251-700, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC em 31/10/2013, sob NIRE 42901030729 e inscrita no CNPJ sob nº 03.094.645/0014-43.

**Parágrafo 4º** - A Sociedade também pode:

- a) associar-se com quaisquer Sociedades, ou com ela fundir-se; e
- b) subscrever ações ou quotas de outras empresas.

**CLÁUSULA 4ª** - A Sociedade iniciou suas atividades em 14 de abril de 1999, data em que seus atos constitutivos foram arquivados na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina JUCESC, sob NIRE 42202664770 e seu prazo de duração é indeterminado, podendo por deliberação da sócia, ser dissolvida, caso o interesse social assim o exigir e observadas as disposições da legislação pertinente.

**CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E RESPONSABILIDADE DA SÓCIA**

**CLÁUSULA 5ª** - O capital social é de R\$ 44.430.702,00 (quarenta e quatro milhões quatrocentos e trinta mil setecentos e dois reais) dividido em 44.430.702 (quarenta e quatro milhões quatrocentos e trinta mil e setecentas e duas) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado pela Sócia na forma que segue demonstrada:

SÓCIA	QUOTAS	R\$
INFRA ENGENHARIA HOLDING LTDA.	44.430.702	44.430.702,00
<b>TOTAL</b>	<b>44.430.702</b>	<b>44.430.702,00</b>



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023



INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
CNPJ Nº 03.094.645/0001-29  
NIRE 42202664770  
JOINVILLE - SC



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

**Parágrafo 1º** - A responsabilidade da sócia é restrita ao capital social integralizado.

**Parágrafo 2º** - Todas as quotas representativas do capital social da Sociedade são revestidas de caráter de impenhorabilidade, incomunicabilidade, inalienabilidade, e/ou qualquer outra forma de constituição de ônus provenientes de ação de terceiros.

**CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

**CLÁUSULA 6ª** - A administração da Sociedade caberá isoladamente ao não sócio **LUIZ ANTONIO VALLE PEDREIRA DE CERQUEIRA**, brasileiro, nascido em 06/04/1957, casado em comunhão parcial de bens, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 381.042.459-53, carteira de identidade nº 372764, SSP/SC, residente e domiciliado na rua Otto Boehm, nº 665, apto 301, bairro América, Joinville/SC, CEP 89.201-700, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na Sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da Sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Sociedade sem autorização da sócia.

**Parágrafo 1º** - A administração da Sociedade poderá ser exercida por administrador não sócio, denominado Diretor, sem designação específica.

**Parágrafo 2º** - Quando nomeados pela sócia, os administradores da Sociedade ficam autorizados a, isoladamente, praticarem todos os atos necessários e úteis ao cumprimento do objeto social, inclusive o uso da firma é a representação ativa e passiva, judicialmente, ou extrajudicialmente da Sociedade.

**Parágrafo 3º** - Fica facultado aos administradores nomearem procuradores, devendo no instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados. As procurações terão um período de validade limitado a 12 (doze) meses, com exceção daquelas, para fins judiciais que poderão ter prazo de validade indeterminado.

Página 5 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

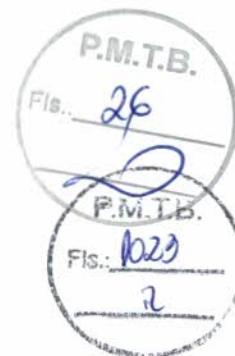
Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

**Parágrafo 4º** - A Sociedade terá um setor técnico cujos assuntos serão de exclusiva responsabilidade de profissionais legalmente qualificados e habilitados com registro nos respectivos Conselhos Regionais, assinando obrigatoriamente como seus responsáveis técnicos. A sócia concorda que a Sociedade observe todas as exigências legais e específicas emanadas destes Conselhos.

**Parágrafo 5º** - O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da Sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA 7ª** - A sócia poderá fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, cujo valor será livremente convencionado, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**Parágrafo único** - Os administradores e diretores que prestarem serviços à Sociedade receberão a remuneração que for fixada pela sócia.

**CAPÍTULO IV - DA REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

**CLÁUSULA 8ª** - A redução do capital é autorizada nas seguintes hipóteses: a) depois de integralizado, se houver perdas irreparáveis e; b) se excessivo em relação ao objeto da Sociedade.

**Parágrafo único** - Em ambos os casos a redução será realizada pela extinção de quotas ou diminuição do valor nominal das quotas mediante alteração contratual, que deverá ser averbada no competente Registro Público de Empresas Mercantis.

Página 6 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023



INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA  
CNPJ Nº 03.094.645/0001-29  
NIRE 42202664770  
JOINVILLE - SC

23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA



**CAPÍTULO V - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**CLÁUSULA 9ª** - O exercício financeiro da Sociedade se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantadas as Demonstrações Contábeis, cabendo à sócia deliberar sobre a destinação dos resultados.

**Parágrafo 1º** - Decidindo-se pela distribuição dos resultados, os lucros e prejuízos serão destinados conforme aprovação da única sócia, podendo ser de forma desproporcional.

**Parágrafo 2º** - Nos quatro meses seguintes ao do término do exercício social, a sócia deliberará sobre as contas e designará administrador(es), quando for o caso.

**Parágrafo 3º** - A aprovação, sem reserva, do balanço patrimonial e do resultado econômico, salvo erro, dolo ou simulação, exonera de responsabilidade o administrador.

**Parágrafo 4º** - Fica a Sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucro de exercício, fundamentada em balanço, balancete mensal ou trimestral com a finalidade específica de distribuição de lucros, conforme previsto no artigo 204 da Lei nº 6.404/1976, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1059 da Lei nº 10406/2002.

**Parágrafo 5º** - Se a sócia ficar em débito com a Sociedade, o lucro a ser distribuído será usado para a quitação do mesmo.

**Parágrafo 6º** - Eventuais prejuízos serão mantidos em conta contábil especial para amortização em exercícios futuros e não o sendo, serão suportados pela sócia.

**CAPÍTULO VI - DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE E DA SUCESSÃO**

**CLÁUSULA 10** - A Sociedade somente será extinta quando houver insuficiência de capital, impossibilidade de execução do objeto social, nas hipóteses previstas na Lei, ou por

Página 7 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

deliberação da sócia.

**CLÁUSULA 11** - Ocorrendo a dissolução da Sociedade, nas hipóteses previstas em Lei ou quando assim deliberar a sócia, proceder-se-á nessa ocasião a sua liquidação e uma vez saldado todo o passivo, o ativo líquido será destinado à sócia.

**CLÁUSULA 12** - A Sociedade não se dissolverá pela retirada, falência, dissolução ou extinção da quotista, continuando sua atividade com os sucessores.

**Parágrafo 1º** - Na hipótese de os sucessores não se interessarem pelo ingresso na Sociedade, os seus haveres serão apurados e pagos em balanço levantado para esta finalidade.

**Parágrafo 2º** - O valor dos haveres apurado nos termos do parágrafo primeiro desta cláusula será pago em até 36 (trinta e seis) prestações mensais, iguais e sucessivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e de correção monetária equivalente à variação do Índice Geral de Preços - IGP, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, a contar da data do levantamento do balanço especial.

**CAPÍTULO VII - DA DECISÃO DE SÓCIA ÚNICA**

**CLÁUSULA 13** - A tomada de Decisão de Sócia Única poderá ser realizada dentro dos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a Diretoria, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger ou designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da Sociedade. As tomadas de Decisões de Sócia Única poderão ser realizadas sempre que os interesses sociais o exigirem.

**CLÁUSULA 14** - As seguintes matérias dependem de deliberação da sócia:

Página 8 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023



**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**

**NIRE 42202664770**

**JOINVILLE - SC**



**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

a) a modificação do contrato social; b) a incorporação, fusão, cisão e dissolução da Sociedade ou cessação do seu estado de liquidação; c) a aprovação das contas da administração; d) a designação e destituição de administradores e de sua remuneração; e) o pedido de recuperação judicial; f) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento de suas contas; e g) a subscrição de ações ou quotas de outras Sociedades.

**CLÁUSULA 15** - A Decisão de Sócia Única será convocada pelos administradores, com 10 (dez) dias de antecedência, por documento escrito contendo a pauta a ser deliberada, e com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades de publicação de anúncio, conforme parágrafo 6º do artigo 1072, da Lei nº 10406/2002.

**CLÁUSULA 16** - A sócia poderá ser representada na reunião por advogado mediante outorga de mandato específico quanto aos atos autorizados.

**CLÁUSULA 17** - As deliberações infringentes do contrato ou da Lei tornam ilimitada a responsabilidade da sócia, se esta as expressamente aprovar.

**CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA 18** - No caso de pluralidade de sócios, os sócios deverão deliberar pela alteração do Contrato Social da Sociedade passando de "Sociedade Unipessoal Limitada" para "Sociedade Empresária Limitada", com as devidas modificações.

**CLÁUSULA 19** - Em qualquer situação omissa do presente contrato, será aplicada a Lei 10406/2002 e, de forma supletiva, a legislação que rege as Sociedades Anônimas.

**CLÁUSULA 20** - Fica eleito o foro da comarca da cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer conflitos oriundos deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Página 9 de 10



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

**INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**CNPJ Nº 03.094.645/0001-29**  
**NIRE 42202664770**  
**JOINVILLE - SC**

**23ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA**

E, por assim estarem justos e contratados lavram este instrumento em 01 (uma) via, que está assinada pelas sócias, conforme abaixo.

Joinville/SC, 21 de março de 2023.

**INFRA ENGENHARIA HOLDING LTDA.**

Sócia, neste ato representada por seu administrador  
**MARCELO GAYOSO NEVES PEDREIRA DE CERQUEIRA**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023





**JUCESC**  
Junta Comercial do Estado de  
**SANTA CATARINA**



230282016

P.M.T.B.

Fls. 31

P.M.T.B.

Fls. 028

### TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA
PROTOCOLO	230282016 - 18/04/2023
ATO	002 - ALTERACAO
EVENTO	021 - ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)

#### MATRIZ

NIRE 42202664770  
CNPJ 03.094.645/0001-29  
CERTIFICO O REGISTRO EM 20/04/2023  
SOB N: 20230282016

#### EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20230282016

#### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 03693400946 - MARCELO GAYOSO NEVES PEDREIRA DE CERQUEIRA - Assinado em 19/04/2023 às 18:16:47



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 20/04/2023 Data dos Efeitos 19/04/2023

Arquivamento 20230282016 Protocolo 230282016 de 18/04/2023 NIRE 42202664770

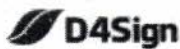
Nome da empresa INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 63232720864320

20/04/2023

D4Sign 63b4df87-257b-4c1f-95fa-12e460a6dfd1 - Para confirmar as assinaturas acesse <https://secure.d4sign.com.br/verificar> em exercicio  
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.



## Contrarrazões INFRASUL - Município de Telêmaco Borba CC Nº 03-2023 pdf

Código do documento 63b4df87-257b-4c1f-95fa-12e460a6dfd1

Anexo: PROCURAÇÃO ANNA.pdf

Anexo: ID OAB ANNA.pdf

Anexo: 23ª Alteração contratual Jucesc.pdf

### Assinaturas



Anna Claudia da Costa  
juridico@infrasil.com.br  
Assinou

ACosta

### Eventos do documento

#### 15 Aug 2023, 19:02:21

Documento 63b4df87-257b-4c1f-95fa-12e460a6dfd1 **criado** por IGOR IURY PRATES POTRATZ (c18e21f0-cbd8-49da-8ac4-e66af873497b). Email: juridico2@infrasil.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-08-15T19:02:21-03:00

#### 15 Aug 2023, 19:08:06

Assinaturas **iniciadas** por IGOR IURY PRATES POTRATZ (c18e21f0-cbd8-49da-8ac4-e66af873497b). Email: juridico2@infrasil.com.br. - DATE\_ATOM: 2023-08-15T19:08:06-03:00

#### 16 Aug 2023, 10:00:22

ANNA CLAUDIA DA COSTA **Assinou** (faec08b6-497c-4281-9bd7-fb2e144b01ea) - Email: juridico@infrasil.com.br - IP: 179.190.109.72 (179.190.109.72 porta: 45944) - Geolocalização: -26.3114175 -48.849281 - Documento de identificação informado: 010.218.199-30 - DATE\_ATOM: 2023-08-16T10:00:22-03:00

### Hash do documento original

(SHA256): 5a4fac463532c2239cb0d3bba1844ecd2b74d50bacd1fea172920886a9335b2c

(SHA512): 36d4cbb128979e9f158b0f025d52cf1b415b55d8f15b020377c722a1f1e47b1fcebccc43f3631cc36e59558f1b9e77006f11f875ae17bc4d5f44a743fc8b81aa

### Hash dos documentos anexos

Nome: PROCURAÇÃO ANNA.pdf

(SHA256): 49a084e28732f1d19dae41cb5c20332ce018db138e2a70ff9f4a52f044db36f4

(SHA512): 1faf85cc557f7dfc128ad1098c06f0a4bbc7d77a58bf24554652cc9577eb3b138ca0c79de769d700f47beb932667b8fd6f7e3feddc8126930ad067e099a8f466

Nome: ID OAB ANNA.pdf

(SHA256): 86fd661e181814416045ec44ff19fb9a64068885b700f35fa25ce44cbaaf2afc

(SHA512): c2bcd2c247bea99580a55c71e0992206d792662b99957fb6ee93f2dc37750b37f21f098ef51a7bc60ef69b92f7ac729f7ced3c112e7726d0e6cfe96bf9e9175

Nome: 23ª Alteração contratual Jucesc.pdf

(SHA256): 4ebc853254b8918fd6405083843951ec59b44afc4e94994dc7f9fd936025ac90

(SHA512): ac2d7d7bd7cc61af6c42d10cbcd1b41cc5e978b7d1677631f20948c75257cc362d99dccc274282267bc7d2e758207eb67b7890fe88352ce59acebe1990fe7edf





31 páginas - Dados e horários baseados em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinaturas gerado em 16 de August de 2023, 10:05:56



Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**RELATÓRIO DE RECURSO**



**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023**

**PROCESSO: 13228/2023**

**OBJETO: TRATAMENTO URBANISTICO DE VIAS PÚBLICAS.**

**RECORRENTE: STEL SISTEMAS ELÉTRICOS.**

**PROTOCOLO DE RECURSO ADMINISTRATIVO: 25786/2023 de 03 de agosto de 2023.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de processo licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, na modalidade de Concorrência Pública para **TRATAMENTO URBANISTICO DE VIAS PÚBLICAS**, com abertura da sessão pública em 24 de julho de 2023 conforme edital e anexos constantes dos autos do processo.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação, Celso Roberto Babo Alves Junior, Leonardo Canova Lima e Marciano Moleta, designados conforme a Portaria nº 4.979 de 18 de novembro de 2022, se reuniram em 21 de agosto de 2023 para análise do presente recurso.

**DOS FATOS**

Conforme constado em ata, no dia 24 de julho de 2023, foi realizada sessão pública para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, credenciamento dos representantes presentes, e abertura dos envelopes de habilitação.

Após abertura dos envelopes de habilitação, os documentos neles contidos foram disponibilizados para análise, posteriormente a sessão foi suspensa para análise técnica dos documentos de habilitação.

No dia 26 de julho de 2023, conforme relatório de análise dos documentos de habilitação presente nas folhas nº 946 a 948 deste processo, e disponibilizada por e-mail a todos os participantes, os membros da CPL, juntamente com o responsável pela elaboração do Termo de Referência se reuniram para análise dos respectivos documentos. Após análise destes, a CPL decidiu por declarar HABILITADOS neste certame, as seguintes empresas:

- CEZ ENGENHARIA LTDA, CNPJ: 34.197.115/0001-30
- INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA – CNPJ 03.094.645/0001-29
- STEL SISTEMAS ELÉTRICOS, CNPJ: 07.248.071/0001-57





E INABILITAR as seguintes empresas:

- URBAN GREEN – SERVICOS URBANISTICOS LTDA - CNPJ 26.453.541/0001-69
- PGC ENGENHARIA DE OBRAS LTDA, CNPJ: 18.091.212/0001-97

### DO DIREITO

O recurso administrativo da recorrente, conforme protocolo acima mencionado é tempestivo e perfaz os pressupostos de aceitabilidade, eis que presentes a tempestividade e a legitimidade.

### DAS RAZÕES

A recorrente reivindica a inabilitação das empresas CEZ ENGENHARIA LTDA e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA com a alegação de que estas não apresentaram Engenheiro Eletricista, nem tão pouco seus respectivos acervos técnicos, pois de acordo com a recorrente, o item relativo a “ELÉTRICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS E MINI-CIDADE” é o de maior relevância por possuir o maior valor.

Alega também, que os serviços referentes a “ELÉTRICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS E MINI-CIDADE”, não fazem parte das atribuições dos profissionais de Engenharia Civil.

Por fim, a recorrente ainda questiona os quantitativos relativos a iluminação pública apresentados nos acervos das empresas CEZ ENGENHARIA LTDA e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

### DAS CONTRA RAZÕES

A empresa CEZ ENGENHARIA LTDA apresentou suas contrarrazões tempestivamente, via e-mail em 14 de agosto de 2023, o qual foi registrado em processo administrativo com protocolo nº 27121/2023 em 16 de agosto de 2023.

- De início, a contrarrazoante alega inexistência da legitimidade recursal por parte da empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS, uma vez que a mesma participou deste certame no formato de consórcio. Este item em específico foi desconsiderado pela CPL, por entender que não há necessidade de que todos os consorciados assinem o recurso, além do mais, de acordo com o próprio recorte apresentado pela empresa CEZ ENGENHARIA LTDA, o Consórcio em discussão, tem como empresa líder a própria STEL SISTEMAS ELÉTRICOS.

- A respeito da exigência do Engenheiro Eletricista a mesma afirma que não havia exigência editalícia previa, que não houve questionamento ou impugnação previa por parte da recorrente, que conforme as normativas vigentes não há necessidade de Engenheiro Eletricista para



execução de obras de baixa tensão, que a definição da parcela de maior relevância deve ser dada pela administração, e que maior parte dos serviços tem caráter estrutural, tornando assim desnecessário o acompanhamento do Engenheiro Eletricista.

- Com relação aos quantitativos presentes nos atestados, os mesmos são suficientes para comprovação de sua qualificação técnica, uma vez que inexiste necessidade de comprovação específica de instalação de rede elétrica de ordem complexa, e que os quantitativos apresentados são suficientes para comprovação de sua capacidade de execução, uma vez que a tecnologia e a técnica utilizada na instalação de uma unidade é mesma a ser utilizada em todas as demais.
- Por fim, a mesma solicita o indeferimento do recurso apresentado, e a manutenção de sua habilitação.

A empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA apresentou suas contrarrazões tempestivamente via e-mail em 16 de agosto de 2023, a qual foi registrada através do processo administrativo com protocolo nº 27170/2023 de 16/08/2023.

- A mesma afirma que os quantitativos apresentados são mais que suficientes para comprovação de sua qualificação técnica, uma vez que o edital não determinava itens específicos, nem tão pouco seus quantitativos.
- Que a recorrente não pode se criar regras posteriores, e que se tal exigência fosse indispensável deveria ter sido motivo de impugnação ao edital, fato este que não ocorreu.
- Por fim, solicita o não acolhimento do referido recurso, e a manutenção da decisão inicial, ou seja, a manutenção da habilitação desta contrarrazoante.

### **DO JULGAMENTO DO RECURSO**

A CPL realizou a análise do recurso, das contra razões e dos demais documentos constantes neste processo e considerou o seguinte:

- 1) Em relação a exigência de Engenheiro Eletricista
  - 1.1. Inexiste no referido edital a exigência da apresentação de Engenheiro Eletricista, e tão pouco a apresentação de acervo técnico deste profissional.
  - 1.2. Não fora apresentado, em tempo oportuno, por parte da recorrente nenhum questionamento ou impugnação a este edital, que se referisse a este assunto.
  - 1.3. Não é possível criar regras posteriores a abertura da sessão, tão pouco regras ditadas pela proponente com a finalidade de se auto beneficiar.





PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO



1.4. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada (art. 41 da Lei 8.666/93).

1.5. Assim como apontado pela recorrente, o item 12 da planilha orçamentária, o qual está denominado como **“ELÉTRICA - ILUMINAÇÃO PÚBLICA DAS AVENIDAS E MINI-CIDADE”**, de fato é o item de maior valor, porém o que a recorrente não considerou, é que dos R\$5.097.036,69, aproximadamente 78% deste valor, ou ainda o equivalente a R\$3.978.548,46, referem-se apenas a instalação dos postes, serviço este que está muito mais ligado a parte civil do que elétrica.

1.6. Ainda que o item relacionado a parte elétrica possua maior relevância financeira, não gera nenhuma obrigação da exigência do profissional de Engenharia Elétrica.

1.7. Por fim, no dia 21/08/2023, foi realizada consulta formal ao CREA/PR, através do protocolo nº 245962/2023 (em anexo), com o seguinte questionamento:

*“Faço parte da Comissão Permanente de Licitação do Município de Telêmaco Borba, e estamos realizando um processo licitatório cujo objeto é a revitalização de vias públicas, este objeto é dividido basicamente em dois tipos de serviços, sendo: - uma parte relativa a serviços de pavimentação e sinalização viária; - e a outra relativa a iluminação pública, com a instalação de postes e instalações elétricas, (não estão inclusos a instalação das luminárias e nem a ligação na rede), de acordo com os projetos, em nenhum local haverá circuitos elétricos superiores a 1Kv. No decorrer do processo surgiu o seguinte questionamento, para a execução dos serviços relativos a iluminação pública, é necessário o acompanhamento por um engenheiro eletricista/eletrônico, ou este tipo de serviço pode ser realizado por um engenheiro civil?”*

O referido Conselho retornou no dia 23/08/2023, a seguinte resposta:

*“Em recente discussão sobre o tema, a Câmara Especializada de Engenharia Civil firmou o seguinte entendimento:*

*“O item I do Artigo 7º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, dispõe que as atribuições do Engenheiro Civil são o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.*

*O Decreto 23.569/1933 estabelece em seu art. 28 que as competências dos engenheiros civis são: a) trabalhos topográficos e geodésicos; b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro; d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação e abastecimento de água; e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação; f) o*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



*estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas; g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais e das concernentes aos aeroportos; h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural; i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo; j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com as especificações das alíneas "a" a "i"; k) perícias e arbitramento referentes à matéria das alíneas anteriores.*

*Considerando as atribuições dos engenheiros civis, com destaque à alínea "i" do art. 28 do Decreto 23.569/1966 bem como as características das instalações e finalidades discriminadas na norma técnica (ABNT NBR 5101:2012), conclui-se:*

**As atribuições dos engenheiros civis, no tocante ao projeto de iluminação pública, se relacionam às questões urbanísticas e nesse sentido esses profissionais podem estabelecer parâmetros para que aquela instalação atenda às necessidades de luminosidade naquela via ou área urbana**

**Também, sob amparo do Decreto Federal 23.569/1933 e Resolução 218/1973 do Confea, os engenheiros civis contam com atribuições para desenvolver as atividades relacionadas às instalações elétricas em baixa tensão nas áreas de sua competência e projetar, dirigir e fiscalizar todos os elementos e instalações inerentes aos serviços de urbanismo."**

**Assim, o posicionamento acima descrito ampara a atuação do engenheiro civil quanto ao serviço tratado em sua mensagem."**

2. Com relação aos quantitativos apresentados nos atestados das empresas CEZ ENGENHARIA LTDA e INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

2.1. A Comissão mantém o entendimento de que os atestados apresentados são suficientes para o cumprimento do exigido em edital, pois o instrumento convocatório exige apenas a comprovação de execução de serviço semelhante, indiferente da quantidade executada.

2.2. Além do mais, do ponto de vista técnico, o número de postes a serem instalados não altera a dificuldade técnica de tal serviço, ou seja, a dificuldade técnica para a instalação de um poste, é mesma para todos os demais, sendo desnecessária portanto a comprovação da instalação de um número mínimo de unidades.

Desta forma, com base nos fatos descritos acima, esta Comissão entende que não foram apresentados fatos ou argumentos suficientes que justifiquem a solicitação da recorrente.

**DA DECISÃO**

Pelas razões expostas, a Comissão Permanente de Licitação, conhece do recurso por tempestivo, e decide como improcedente, mantendo a decisão inicial.



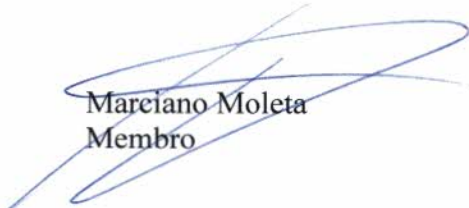


**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



Por fim, encaminhamos para Deliberação do Sr. Prefeito.


Telêmaco Borba, 22 de agosto de 2023.



Marciano Moleta  
Membro



Celso Roberto Babo Alves Junior  
Membro



Leonardo Canova Lima  
Leonardo Canova Lima  
Membro



**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e  
Agronomia do Paraná

Protocolo nº

**245962 / 2023**

Data e hora de entrada

21/08/2023 09:26:02

Fis.:

1034

12

Protocolado por: INTERNET

**Interessado:** MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

**Assunto:** OUTROS

**Classificação:** Visitante

**Situação:** Em Trâmite

Bom dia

Faço parte da Comissão Permanente de Licitação do Município de Telêmaco Borba, e estamos realizando um processo licitatório cujo objeto é a revitalização de vias públicas, este objeto é dividido basicamente em dois tipos de serviços, sendo:

- uma parte relativa a serviços de pavimentação e sinalização viária;
- e a outra relativa a iluminação pública, com a instalação de postes e instalações elétricas, (não estão inclusos a instalação das luminárias e nem a ligação na rede), de acordo com os projetos, em nenhum local haverá circuitos elétricos superiores a 1Kv.

No decorrer do processo surgiu o seguinte questionamento, para a execução dos serviços relativos a iluminação pública, é necessário o acompanhamento por um engenheiro eletricista/eletrônico, ou este tipo de serviço pode ser realizado por um engenheiro civil?

Att  
Marciano Moleta

**ATENÇÃO:** Sua solicitação, efetuada através da página do CREA-PR na Internet, foi encaminhada para o CREA\_PR, onde serão tomadas todas as providências no âmbito de atuação do Conselho, e quaisquer informações sobre o assunto somente serão prestadas mediante indicação deste protocolo.  
Verifique a situação do seu protocolo pela internet através do endereço abaixo:  
Endereço: [www.crea-pr.org.br](http://www.crea-pr.org.br)



De: faleconosco@creapr.org.br  
Enviado em: quarta-feira, 23 de agosto de 2023 18:48  
Para: marciano.moleta@pmtb.pr.gov.br  
Assunto: Crea-PR Responde 245962/2023



**CREA-PR**

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

Atenção! Este e-mail não deve ser respondido.

Para que possamos melhorar continuamente, pedimos a gentileza de avaliar este atendimento, acessando o link que está ao final desta mensagem.

Prezado Marciano, boa tarde!

Em recente discussão sobre o tema, a Câmara Especializada de Engenharia Civil firmou o seguinte entendimento:

"O item I do Artigo 7º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, dispõe que as atribuições do Engenheiro Civil são o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos.

O Decreto 23.569/1933 estabelece em seu art. 28 que as competências dos engenheiros civis são: a) trabalhos topográficos e geodésicos; b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro; d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação e abastecimento de água; e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação; f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas; g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais e das concernentes aos aeroportos; h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural; i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo; j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com as especificações das alíneas "a" a "i"; k) perícias e arbitramento referentes à matéria das alíneas anteriores.

Considerando as atribuições dos engenheiros civis, com destaque à alínea "i" do art. 28 do Decreto 23.569/1966 bem como as características das instalações e finalidades discriminadas na norma técnica (ABNT NBR 5101:2012), conclui-se:

As atribuições dos engenheiros civis, no tocante ao projeto de iluminação pública, se relacionam às questões urbanísticas e nesse sentido esses profissionais podem estabelecer parâmetros para que aquela instalação atenda às necessidades de luminosidade naquela via ou área urbana

Também, sob amparo do Decreto Federal 23.569/1933 e Resolução 218/1973 do Confea, os engenheiros civis contam com atribuições para desenvolver as atividades relacionadas às instalações elétricas em baixa tensão nas áreas de sua competência e projetar, dirigir e fiscalizar todos os elementos e instalações inerentes aos serviços de urbanismo."

Assim, o posicionamento acima descrito ampara a atuação do engenheiro civil quanto ao serviço tratado em sua mensagem.

Atenciosamente,

Equipe Crea-PR

Por favor, avalie este atendimento respondendo nossa pesquisa de satisfação:

<https://creaweb.crea-pr.org.br/webcrea/misc/redirecionador.aspx?CODIGO=1430740&ACESSO=4>

MENSAGEM RECEBIDA EM 21/08/2023 09:26:02:

Bom dia

Faço parte da Comissão Permanente de Licitação do Município de Telêmaco Borba, e estamos realizando um processo licitatório cujo objeto é a revitalização de vias públicas, este objeto é dividido basicamente em dois tipos de serviços, sendo: - uma parte relativa a serviços de pavimentação e sinalização viária; - e a outra relativa a iluminação pública, com a instalação de postes e instalações elétricas, (não estão inclusos

a instalação das luminárias e nem a ligação na rede), de acordo com os projetos, em nenhum local haverá circuitos elétricos superiores a 1Kv. No decorrer do processo surgiu o seguinte questionamento, para a execução dos serviços relativos a iluminação pública, é necessário o acompanhamento por um engenheiro eletricista/eletrônico, ou este tipo de serviço pode ser realizado por um engenheiro civil?

Att Marciano Moleta





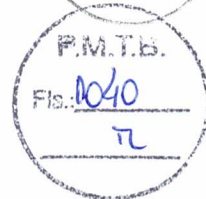
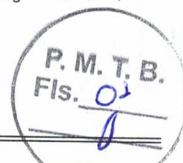


**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA**

Processo Digital

Comprovante de Abertura do Processo - Capa do Processo Adm.  
Código - Processo: 794762

Pág 1 / 1



**AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Protocolo N.º / Ano

**25643 / 2023**

Fiscalizado:

**URBAN GREEN - SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA**

Natureza da Ação:

**RECURSO DE LICITACAO**

**AUTUAÇÃO**

Aos 3 dia(s) do mês de agosto de 2023 nesta cidade de Telêmaco Borba, na sede da Prefeitura, autuo o presente processo e documentos anexos que adiante se vê(em) do que, para constar eu, GRAZIELE RODRIGUES PRESTES HONORATO, funcionário encarregado lavrei o presente termo.

GRAZIELE RODRIGUES  
PRESTES  
HONORATO:04366936  
909

Assinado de forma digital por  
GRAZIELE RODRIGUES PRESTES  
HONORATO:04366936909  
Dados: 2023.08.03 09:27:57  
+03'00'

**GRAZIELE RODRIGUES PRESTES  
HONORATO**



**Urban  
Green**

P. M. T. B.  
Fls. 03

P. M. T. B.  
Fls. 0041  
12

A Ilmo. Senhora  
Graziele Rodrigues Prestes Honorato  
Presidente da Comissão de Licitação da  
Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba - PR

**RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A INABILITAÇÃO DA EMPRESA URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA NA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023.**

A empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob n.º 26.453.541/0001-69, com sede e foro na cidade de Londrina – PR, situada na Rua Paulo Frontin, 145, neste ato representada por seu representante legal, André Oliveira de Nadai, portador do CPF 007.118.629-82, vem respeitosamente interpor recurso administrativo em face da CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2023, expondo os fatos e por fim pleitear o que segue:

**I – DOS FATOS**

**I.I – DO MOTIVO DA INABILITAÇÃO**

A Comissão de licitação inabilitou a empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, com a seguinte justificativa:

Os atestados de Capacidade Técnica Profissional e Operacional apresentados são insuficientes para a comprovação de sua qualificação técnica, uma vez que estes não possuem nenhum serviço relacionado a pavimentação, conforme item 10.2.3 e 10.2.4 do edital.

**I.II – DAS RAZÕES PARA REFORMA DA DECISÃO**

Ocorre que a empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI **atende as exigências do edital quanto à capacidade técnica exigida**, no entanto, o edital de Concorrência Pública n.º 003/2023, foi omissivo e genérico em seu item 10.2.3, não especificando quais tipos de serviços comprovariam a aptidão desejada pelo município, vejamos:

10.2.3 Atestado de Capacidade Técnica Profissional do Engenheiro ou Arquiteto, que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado, acompanhada da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, que deverá conter no mínimo o nome do profissional, a localização e a identificação da obra ou serviço executado e o quantitativo básico executado e seu respectivo Acervo Técnico;

10.2.4 Atestado de Capacidade Técnica Operacional da Proponente que comprove experiência para o desempenho da atividade pertinente ao objeto licitado;

O objeto licitado é amplo, descrito como tratamento urbanísticos de vias públicas e o Município não especificou em nenhuma parte do instrumento convocatório quais serviços deveriam





Urban  
Green

P. M. T. B.  
Fis. 03

P. M. T. B.  
Fis. 1042

obrigatoriamente constar nos atestados de capacidade técnica, bem como não descrever quais são os itens de maior relevância.

A Urban Green apresentou atestado que engloba diversos itens que constam na planilha do certame, como guias fincadinha, passeios em concreto e paver, colocação de eletrodutos, caixas de passagem, postes e luminárias. Serviços esses, atestados pela prefeitura de Telêmaco Borba, de reurbanização de espaços públicos.

Não houve no edital, exigência de atestado de pavimentação, e mesmo assim, foi o motivo da inabilitação da empresa ora recorrente. Contudo, a empresa dispõe de atestado do referido serviço, dessa forma, mediante diligências, a Comissão de Licitação deveria e deve ainda solicitá-los.

A não apresentação do atestado, trata-se de vício sanável, motivado pelo próprio edital de licitação que foi omissivo quanto às exigências necessárias, e deve ser corrigido através da promoção de diligência por parte da Comissão de Licitação, conforme assegura o §3º do Art. 43 da Lei de Licitações:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:  
(...)

§3º. É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta."

**Tal dispositivo, no entanto, de acordo com o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, não veicula uma simples discricionariedade ao gestor público, mas sim um verdadeiro dever de ação nas situações em que a diligência se mostrar necessária e adequada.**

É pacífico o entendimento do Tribunal de que falhas sanáveis, meramente formais, identificadas nas propostas, não devem levar necessariamente à inabilitação, cabendo à Comissão Julgadora promover as diligências destinadas a esclarecer dúvidas ou complementar o processamento do certame (Lei 8.666/1993, art. 43, §3º).

É o sentido que se extrai do Acórdão 2.521/2003-TCU-Plenário, in verbis: "atente para o disposto no art. 43, §3º, abstendo-se, em consequência, de inabilitar ou desclassificar empresas em virtude de detalhes irrelevantes ou que possam ser supridos pela diligência autorizada por lei".

**Recentemente, o Tribunal de Contas da União alterou sua jurisprudência sobre a possibilidade de o licitante, após a entrega da proposta original, apresentar documentos novos para fins de habilitação.**

**Agora, por meio do Acórdão nº 1211/2021, o Plenário do TCU estabeleceu a possibilidade de o licitante submeter novos documentos para suprir erro, falha ou insuficiência pautado no formalismo moderado.**

O voto do relator, ministro Walton Alencar Rodrigues, destacou que "(...) admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus

Rua Paulo Frontin, 145  
Londrina/PR – 86061-260  
(43) 3029-2280

[contato@urbangreen.com.br](mailto:contato@urbangreen.com.br)  
[www.urbangreen.com.br](http://www.urbangreen.com.br)



Urban  
Green

P. M. T. B.  
Fls. 04

P. M. T. B.

Fls. 1043

2

documentos de habilitação, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)".

Ao final, conclui: "Assim, nos termos dos dispositivos citados, inclusive do art. 64 da Lei 14.133/2021, entendo não haver vedação ao envio de documento que não altere ou modifique aquele anteriormente encaminhado. Por exemplo, se não foram apresentados atestados suficientes para demonstrar a habilitação técnica no certame, talvez em razão de conclusão equivocada do licitante de que os documentos encaminhados já seriam suficientes, poderia ser juntado, após essa verificação no julgamento da proposta, novos atestados de forma a complementar aqueles já enviados, desde que já existentes à época da entrega dos documentos de habilitação."

**Veja que a jurisprudência trata de caso IDÊNTICO ao ocorrido no presente certame.**

Assim, a vedação à inclusão de documento que deveria constar originariamente da proposta, nos termos do artigo 43, §3º, da Lei nº 8.666/1993, seria restrita ao documento que o licitante "não dispunha materialmente no momento da licitação". Ou seja, a vedação não abarcaria condição atendida pelo licitante quando da apresentação da proposta e que não foi apresentada em conjunto com os demais comprovantes de habilitação ou da proposta, por equívoco ou falha — hipótese na qual o pregoeiro deverá promover o saneamento do erro.

Outro recente acórdão nº 2443/2021 – Plenário do TCU, reiterou tal posicionamento:

"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência". (grifo nosso)

O tribunal ainda detalha mais suas razões:

"Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, **resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)**".

Em anos anteriores o Tribunal de Contas também se manifestou com o mesmo posicionamento:

"Excepcionalmente, poderá ser aceito documento que deveria ter sido incluído até a abertura da sessão. Em busca da verdade real, em nome do interesse público e em compasso com a finalidade da contratação, será permitida apenas a juntada de documento que comprove a existência de uma situação ou de um fato cuja conclusão ou consumação deu-se até a abertura da sessão de licitação. Assim, embora juntado a destempo, o documento deve referir-se à situação passada, em momento anterior à abertura da sessão. Este é o entendimento orientado pelo Tribunal de Contas da União (nº 1.795/2015-Plenário; nº 3.615/2013-Plenário)

Rua Paulo Frontin, 145  
Londrina/PR – 86061-260  
(43) 3029-2280

[contato@urbangreen.com.br](mailto:contato@urbangreen.com.br)  
[www.urbangreen.com.br](http://www.urbangreen.com.br)





**Urban  
Green**

P. M. T. B.  
Fls. 05

P. M. T. B.  
Fls. 1044

Portanto, no caso da empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, trata-se apenas da demonstração de capacidade técnica pré existente a abertura do certame licitatório, tendo em vista que dispõe de atestados de capacidade técnica de pavimentação, com a devida CAT, registrados anteriormente a data do certame em questão.

Diante do exposto, é certo que a Comissão de Licitação deve rever o julgamento proferido e promover diligências para comprovar a habilitação da empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, mediante a juntada de atestados de pavimentação, bem como, na sequência, declará-la HABILITADA.

## II – DO PEDIDO

A empresa **URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA** requer:

- a) Recebimento dos atestados de capacidade técnica, acompanhado das respectivas CAT que comprovam a execução de pavimentação, conforme preconiza o artigo §3º do Art. 43 da Lei 8.666/93 e consequentemente, a Reforma da decisão proferida, declarando a empresa recorrente como HABILITADA;
- b) Em anexos atestados de serviço de pavimentação, municípios de Jaboti, São José da Boa Vista.

Nestes Termos;  
Pede e Espera Deferimento

Londrina, 01 de agosto de 2023.

André Oliveira de Nadai  
Responsável Legal

Rua Paulo Frontin, 145  
Londrina/PR – 86061-260  
(43) 3029-2280  
[contato@urbangreen.com.br](mailto:contato@urbangreen.com.br)  
[www.urbangreen.com.br](http://www.urbangreen.com.br)



MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

P. M. T. B.  
Fls. 06

P. M. T. B.  
Fls. 045

2

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 230391/2020.

CAT nº 5956/2020 de 21/08/2020, página 3 de 4



**ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que o profissional Luis Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, CREA/PR – 8983-D, na qualidade de responsável técnico pela empresa Urban Green Serviços Urbanísticos Ltda, CNPJ: 26.453.541/0001-69, contratada pela Prefeitura do Município de São José da Boa Vista - PR, CNPJ: 79.920.818/0001-94, para a realização dos serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

**Contrato:** 02/2019

**Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de Engenharia Civil para execução de serviços de pavimentação em bloquetes sextavados em concreto, serviços complementares de meio fio com sarjeta, calçada, rampas de acessibilidade e drenagem pluvial.

**Endereço da Obra:** Rua Padre Nicolau Menta e Rua Major Laurindo.

**Empresa Contratada:** Urban Green Serviços Urbanísticos Ltda, CNPJ: 26.453.541/0001-69.

**Contratante:** Município de São José da Boa Vista - PR, CNPJ: 79.920.818/0001-94.

**ART:** 20191920464 – CREA/PR

**Responsável Técnico:** Luiz Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, registrado no CREA/PR sob nº PR 8983-D.

**Atividades Executadas até a presente data sob responsabilidade técnica:**

- Pavimentação com bloquetes sextavados, sobre colchão de areia – 1.798,56 m<sup>2</sup>;
- Regularização e compactação do subleito – 1.798,56 m<sup>2</sup>;
- Assentamento de tubo de concreto 40 mm – 185 m/l;
- Corpo BSTC de 40 mm – 1 und;
- Meio de concreto com sarjeta – tipo 2 – 487,89 m/l;
- Execução de caixa de ligação e passagem – 4 und;
- Execução de boca de lobo – 10 und;
- Execução de poço de visita para redes até 80 mm -4 und;
- Calçada em concreto – 6 cm espessura – 616,33 m<sup>2</sup>;
- Rampa de acessibilidade PNE – 12 und;
- Sinalização vertical - Nome de rua – 10 und.





MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

P. M. T. B.  
Fls. 03

P.M.T.B.

Fls. 046

12

- Funcionários utilizados:
  - Serviços gerais/Serventes;
  - Pedreiros;
  - Mestre de Obra/Técnico Construção Civil;
  - Calceteiros;
  - Motoristas de caminhão;
  - Operadores de máquinas pesadas.

- Máquinas utilizadas:
  - Caminhão basculante;
  - Retroescavadeira;
  - Motoniveladora;
  - Rolo compactador.

**Período de participação nos serviços:** desde 26/04/2019 até 31/01/2020.

São José da Boa Vista, 03 de fevereiro de 2020.

Edson Jackson Yêra Oliveira  
Engenheiro Civil – CREA/PR – 9603-D  
Prefeitura de São José da Boa Vista

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 230391/2020.

CAT nº 5956/2020 de 21/08/2020, página 4 de 4

**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

5956/2020

Atividade concluída

P. M. T. B.  
Fls. 08

P. M. T. B.

1049

2

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE

RNP: 1700966804

Registro: PR-8983/D

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: 1720203613264 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO

Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 20/08/2020 Baixada em: 20/08/2020 Forma de registro: Substituição  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: URBAN GREEN - SERVIÇOS URBANÍSTICOS - EIRELI

Contratante: MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA CNPJ: 76.920.818/0001-94

Rua: RUA REINALDO MARTINS GONÇALVES Nº: 85

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA UF: PR CEP: 84980-000

Contrato: 2/2019 celebrado em 26/04/2019 Vinculado a ART: 20191920464

Valor do contrato: R\$ 2.743,92 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA MAJOR LAURINDO Nº: S/N

Bairro: VILA CENTENARIO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA

UF: PR

CEP: 84980-000

Coordenadas Geográficas: -23,916903 x -49,646809

Endereço da obra/serviço: RUA PADRE NICOLAU MENTA Nº: S/N

Bairro: VILA CENTENARIO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA

UF: PR

CEP: 84980-000

Coordenadas Geográficas: -23,917235 x -49,646176

Data de início: 27/04/2019 Conclusão efetiva: 01/02/2020

Finalidade: Infra-estrutura

Proprietário: MUNICIPIO DE SAO JOSE DA BOA VISTA

CNPJ: 76.920.818/0001-94

Atividade Técnica: 1- Execução Execução de obra de pavimentação em concreto para vias urbanas, 1798,56 M2; 2- Execução Execução de obra de compactação - terraplenagem, 1798,56 M2; 3- Execução Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 185 METRO; 4- Execução Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis meio-fio, 487,89 METRO; 5- Execução Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis travessia, 4 UNID; 6- Execução Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo, 10 UNID; 7- Execução Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis poço de visita para drenagem, 4 UNID; 8- Execução Execução de obra de aplicação de concreto, 616,33 M2; 9- Execução Execução de obra de adequação para acessibilidade de edificação para fins diversos, 12 UNID; 10- Execução Execução de obra de sinalização urbana, 10 UNID

#### Observações da certidão:

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois o período informado está divergente ao informado pelo profissional na baixa da ART. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois o número do CNPJ do contratante está divergente da ART, sendo que o nº correto é 76.920.818/0001-94 e faltou a indicação do número do RNP - Registro Nacional Profissional do Engenheiro Executor e o cargo/função, nº do CPF e RNP do profissional signatário. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 5956/2020

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 230391/2020.

CAT nº 5956/2020 de 21/08/2020, página 1 de 4

CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

**5956/2020**

Atividade concluída

P. M. T. B.  
Fls. 09

P. M. T. B.

Fls. 048  
12

21/08/2020 15:23

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 230391/2020.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 230391/2020.

CAT nº 5956/2020 de 21/08/2020, página 2 de 4





MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

P. M. T. B.  
Fls. 10

P. M. T. B.

Fls. 1049

Para autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do  
Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas> informando o número  
do protocolo: 230384/2020.

CAT nº 5964/2020 de 21/08/2020, página 3 de 4

CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Arquitetura do Paraná

**ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins que o profissional Luis Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, CREA/PR – 8983-D, na qualidade de responsável técnico pela empresa Urban Green Serviços Urbanísticos Ltda, CNPJ: 26.453.541/0001-69, contratada pela Prefeitura do Município de São José da Boa Vista - PR, CNPJ: 79.920.818/0001-94, para a realização dos serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

**Contrato:** 01/2019

**Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de Engenharia Civil para execução de serviços de pavimentação em bloquetes sextavados em concreto, serviços complementares de meio fio com sarjeta, calçada, rampas de acessibilidade e drenagem pluvial.

**Endereço da Obra:** Rua Padre Nicolau Menta e Rua Prefeito Abílio Lopes.

**Empresa Contratada:** Urban Green Serviços Urbanísticos Ltda, CNPJ: 26.453.541/0001-69.

**Contratante:** Município de São José da Boa Vista - PR, CNPJ: 79.920.818/0001-94.

**ART:** 20191920588 – CREA/PR

**Responsável Técnico:** Luiz Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, registrado no CREA/PR sob nº PR 8983-D.

**Atividades Executadas até a presente data sob responsabilidade técnica:**

- Pavimentação com bloquetes sextavados, sobre colchão de areia – 1.761,36 m<sup>2</sup>;
- Regularização e compactação do subleito – 1.761,36 m<sup>2</sup>;
- Assentamento de tubo de concreto 40 mm – 60 m/l;
- Assentamento de tubo de concreto 60 mm – 75 m/l;
- Meio de concreto com sarjeta – tipo 2 – 487,89 m/l;
- Execução de caixa de ligação e passagem – 4 und;
- Execução de boca de lobo – 8 und;
- Execução de poço de visita para redes até 80 mm -2 und;
- Calçada em concreto – 6 cm espessura – 641,13 m<sup>2</sup>;
- Rampa de acessibilidade PNE – 12 und;
- Sinalização vertical - Nome de rua – 10 und;
- Sinalização de trânsito – 7 und.

Rua Reinaldo Martins Gonçalves, 85 - Centro  
São José da Boa Vista-PR  
Cep: 84980-000





MUNICÍPIO DE  
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

P. M. T. B.  
Fls. 11

P.M.T.B.  
Fls. 1050

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do  
Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/> / Consultas Públicas, informando o número  
do protocolo: 230384/2020.

CAT nº 5964/2020 de 21/08/2020, página 4 de 4


**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura

- Funcionários utilizados:
  - Serviços gerais/Serventes;
  - Pedreiros;
  - Mestre de Obra/Técnico Construção Civil;
  - Calceteiros;
  - Motoristas de caminhão;
  - Operadores de máquinas pesadas.

- Máquinas utilizadas:
  - Caminhão basculante;
  - Retroescavadeira;
  - Motoniveladora;
  - Rolo compactador.

**Período de participação nos serviços:** desde 26/04/2019 até 31/01/2020.

São José da Boa Vista, 03 de fevereiro de 2020.

  
Edson Jackson Yera Oliveira  
Engenheiro Civil – CREA/PR – 9603-D  
Prefeitura de São José da Boa Vista



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

5964/2020

Atividade concluída

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE

RNP: 1700966804

Registro: PR-8983/D

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: 1720203614120 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO

Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 20/08/2020 Baixada em: 20/08/2020 Forma de registro: Substituição  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: URBAN GREEN - SERVIÇOS URBANÍSTICOS - EIRELI

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA CNPJ: 76.920.818/0001-94

Rua: RUA REINALDO MARTINS GONÇALVES Nº: 85

Complemento: Bairro: CENTRO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA UF: PR CEP: 84980-000

Contrato: 1/2019 celebrado em 26/04/2019 Vinculado a ART: 20191920588

Valor do contrato: R\$ 2.505,22 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: RUA PADRE NICOLAU MENTA Nº: S/N

Bairro: VILA CENTENÁRIO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA

UF: PR

CEP: 84980-000

Coordenadas Geográficas: -23,91715 x -49,646346

Endereço da obra/serviço: RUA ABÍLIO LOPES Nº: S/N

Bairro: VILA CENTENÁRIO

Cidade: SAO JOSE DA BOA VISTA

UF: PR

CEP: 84980-000

Coordenadas Geográficas:

Data de início: 26/04/2019 Conclusão efetiva: 31/01/2020

Finalidade: Infra-estrutura

Proprietário: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

CNPJ: 76.920.818/0001-94

Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de obra de pavimentação em concreto para vias urbanas, 1761,36 M2; **2- Execução** Execução de obra de compactação - terraplenagem, 1761,36 M2; **3- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 60 METRO; **4- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 75 METRO; **5- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis meio-fio, 487,89 UNID; **6- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis travessia, 4 UNID; **7- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo, 8 UNID; **8- Execução** Anteprojeto arquitetônico, Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis poço de visita para drenagem, 2 UNID; **9- Execução** Execução de obra de aplicação de concreto, 641,13 M2; **10- Execução** Execução de obra de adequação para acessibilidade de edificação para fins diversos, 12 UNID; **11- Execução** Execução de obra de sinalização urbana, 10 UNID; **12- Execução** Execução de obra de acessibilidade de edificação para fins diversos, 7 UNID

#### Observações da certidão:

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois o período informado está divergente ao informado pelo profissional na baixa da ART. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois o número do CNPJ do contratante está divergente da ART, sendo que o nº correto é 76.920.818/0001-94 e faltou a indicação do número do RNP - Registro Nacional Profissional do Engenheiro Executor e o cargo/função, nº do CPF e RNP do profissional signatário. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

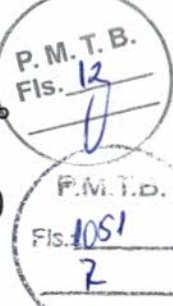
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná



A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR: <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 230384/2020.

CAT nº 5964/2020 de 21/08/2020, página 1 de 4

CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná





Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

**CREA-PR**

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

5964/2020

Atividade concluída

P. M. T. B.  
Fls. 13

P. M. T. B.

Fls. 1052

2

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

**Certidão de Acervo Técnico nº 5964/2020**

21/08/2020 16:27

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 230384/2020.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 230384/2020.

CAT nº 5964/2020 de 21/08/2020, página 2 de 4

**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná





# Prefeitura Municipal de Jaboti

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.667/0001-04

Praça Minas Gerais - Paço Municipal - Fone/Fax (43) 3622-1122 - CEP 84.930-000 - Jaboti - PR

P. M. T. B.

Fis. 14

P. M. T. B.

Fis. 1053

2

## ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que o profissional Luis Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, CREA/PR - 8983-D, na qualidade de responsável técnico pela empresa Urban Green Serviços Urbanísticos Eireli, CNPJ: 26.453.541/0001-69, contratada pela Prefeitura do Município de Jaboti - PR, CNPJ: 75.969.667/0001-04, para a realização dos serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

**Contrato:** 131/2019

**Objeto do Contrato:** Prestação de serviços de Engenharia Civil para execução de serviços de pavimentação de vias urbanas com lajotas sextavadas de concreto e drenagem.

**Endereço da Obra:** Av Tiradentes.

**Empresa Contratada:** Urban Green Serviços Urbanísticos Eireli, CNPJ: 26.453.541/0001-69.

**Contratante:** Município de Jaboti - PR, CNPJ: 75.969.667/0001-04.

**ART:** 1720195758300 - CREA/PR

**Responsável Técnico:** Luiz Roberto Gonçalves Leite, engenheiro civil, registrado no CREA/PR sob nº PR 8983-D e RNP 1700966804.

### **Atividades Executadas até a presente data sob responsabilidade técnica:**

- Placa da Obras - 4,00 x 2,00mts - 1 unidade;
- Remoção do revestimento primário - (e= 16 cm) - 700,90 m3;
- Colchão de brita/pó de pedra - (e= 16 cm) - 372,05m3;
- Regularização e compactação do subleito - 100% PN - 4.650,66 m2;
- Retirada de pedras irregulares - 424,06 m2;
- Pavimentação com bloquetes sextavados 8cm, - 4.650,66 m2;
- Meio fio com sarjeta DER - Tipo 2 - (0,042 m3) - 351,53m/l;
- Meio-Fio c/Sarjeta (rebaixado) DER -Tipo 7-(0,031 m3) - 134,37 m/l;
- Meio-Fio Simples DER - Tipo 3 - (0,034 m3) - 328,71 m/l;
- Fincadinha de concreto - (9x19x39cm-0,0171m3/m) - 22 m/l;
- Regularização e Compactação p/ assentamento de calçadas - 732,27 m2;
- Calçada Concreto ( e = 5,00 cm ) - 732,27 m2;
- Plantio de Árvore, altura de 1,00m, em cavas de 80x80x80cm - 14 unidades;
- Plantio de Grama em placas - 435,53 m2;
- Rampa para PNE com Piso Tátil (NBR 9050) - Modelo 06 - 7,65 m2 - 8 unidades;
- Escavação de Bueiros em 1ª Categoria - 737,40 m3;
- Reaterro e Apiloamento Mecânico - 644,78 m3;
- Corpo de BSTC ø 0,40 sem Berço e sem Armação - 436,30 m/l;
- Corpo de BSTC ø 0,60 sem Berço e sem Armação - 151,95 m/l;
- Boca de lobo simples alvenaria - altura até 1,20 m - 19 unidades;
- Caixa de ligação alvenaria tubo até 0,40m - 7 unidades;
- Poço de visita - altura até 0,40m + chaminé 1 mt - 3 unidades;





# Prefeitura Municipal de Jaboti

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 75.969.667/0001-04

Praça Minas Gerais - Paço Municipal - Fone/Fax (43) 3622-1122 - CEP 84.930-000 - Jaboti - PR

P. M. T. B.

Fls. 15

P. M. T. B.

Fls. 1054

2

- Poço de visita - altura até 0,60m + chaminé 1 mt - 2 unidades;
- Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Subleito - 1 ensaio - 6 pontos;
- Ensaio de Massa Específica - In Situ - Método Frasco de Areia (Grau de Compactação) - Regularização e Compactação do Subleito - 1 ensaio - 6 pontos.

- Funcionários utilizados:


- Serviços gerais/Serventes;
- Pedreiros;
- Mestre de Obra/Técnico Construção Civil;
- Calceteiros;
- Motoristas de caminhão;
- Operadores de máquinas pesadas.

- Máquinas utilizadas:

- Caminhão basculante;
- Retroescavadeira;
- Motoniveladora;
- Rolo compactador.

**Período de participação nos serviços:** desde 01/12/2019 até 26/06/2020.

Jaboti, 30 de junho de 2020.

  
Carlos Avelino da Silva  
Engenheiro Civil - CREA/PR - 101153-D  
RNP 1707025096  
Prefeitura de Jaboti

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 245987/2020.

CAT nº 6550/2020 de 09/09/2020, página 4 de 4

  
**CREA-PR**  
Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Paraná



Certidão de Acervo Técnico - CAT  
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-PR

Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado

6550/2020

Atividade concluída

P. M. T. B.  
Fls. 16

P.M.T.B.

1055

2

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - Crea-PR, o Acervo Técnico do profissional LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: LUIZ ROBERTO GONÇALVES LEITE

RNP: 1700966804

Registro: PR-8983/D

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

Número da ART: 1720203765439 Situação da ART: BAIXA POR CONCLUSÃO DE OBRA/SERVIÇO

Tipo de ART: ART de Obra ou Serviço Registrada em: 31/08/2020 Baixada em: 31/08/2020 Forma de registro: Substituição  
Participação técnica: Individual

Empresa contratada: URBAN GREEN - SERVIÇOS URBANÍSTICOS - EIRELI

Contratante: MUNICIPIO DE JABOTI CNPJ: 75.969.667/0001-04

Rua: PRAÇA MINAS GERAIS Nº: S/N

Complemento: PAÇO MUNICIPAL Bairro: CENTRO

Cidade: JABOTI UF: PR CEP: 84930-000

Contrato: 131/2019 celebrado em 15/11/2019 Vinculado a ART: 1720195758300

Valor do contrato: R\$ 370.207,29 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

Ação Institucional:

Endereço da obra/serviço: AV TIRADENTES Nº: S/N

Bairro: JABOTI

Cidade: JABOTI

UF: PR

CEP: 84930-000

Coordenadas Geográficas: -23,752619 x -50,0764

Data de início: 01/12/2019 Conclusão efetiva: 27/06/2020

Finalidade: Infra-estrutura

Proprietário: MUNICIPIO DE JABOTI

CNPJ: 75.969.667/0001-04

Atividade Técnica: **1- Execução** Execução de obra de escarificação - terraplenagem , 700,9 M3; **2- Execução** Execução de obra de base e sub-base para rodovias , 372,05 M3; **3- Execução** Execução de obra de compactação - terraplenagem , 4650,66 M2; **4- Execução** Execução de obra de pavimentação em concreto para vias urbanas, 4650,66 M2; **5- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis meio-fio, 836,61 METRO; **6- Execução** Execução de obra de compactação - terraplenagem , 732,27 M2; **7- Execução** Execução de obra de aplicação de concreto , 732,27 M2; **8- Execução** Execução de obra PLANTIO DE GRAMA , 435,53 M2; **9- Execução** Execução de obra de volume/área de escavação - terraplenagem , 737,4 M3; **10- Execução** Execução de obra de volume/área de aterros - terraplenagem , 644,78 M3; **11- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis galeria, 588,25 METRO; **12- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis boca de lobo, 19 UNID; **13- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis travessia, 7 UNID; **14- Execução** Execução de obra de sistemas de drenagem para obras civis poço de visita para drenagem, 5 UNID; **15- Execução** Análise de ensaio físico de solos , 12 PONTO

#### Observações da certidão:

O atestado apresentado não atende aos itens mínimos previstos no anexo IV da Resolução 1.025/2009 do Confea, pois não consta o CPF do engenheiro da contratante. O Crea-PR certifica os dados constantes da ART.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o atestado contendo 2 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 6550/2020

09/09/2020 16:23

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

0800 041 0067

www.crea-pr.org.br



CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR: <https://www.crea-pr.org.br/ConsultasPublicas>, informando o número do protocolo: 245987/2020.

CAT nº 6550/2020 de 09/09/2020, página 1 de 4

CREA-PR  
Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Paraná





**Certidão de Acervo Técnico - CAT**  
**Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009**

**CREA-PR**

**Certidão de Acervo  
Técnico com  
Atestado**

**6550/2020**

**Atividade concluída**

**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná**

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação de ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR, no endereço <https://www.crea-pr.org.br>, informando o número do protocolo: 245987/2020.

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.



A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-PR <https://www.crea-pr.org.br> / Consultas Públicas, informando o número do protocolo: 245987/2020.

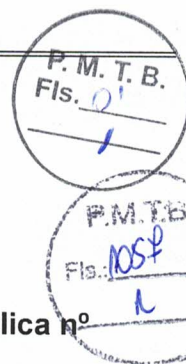
CAT nº 6550/2020 de 09/09/2020, página 2 de 4





## **AUTOS DE PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Protocolo N.º / Ano **26672 / 2023**  
Requerente / Interessado: **STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA**  
Natureza do Assunto: **CONTRA RAZAO**  
Objeto: **Contrarrazão de recurso referente a Concorrência Pública nº 03/2023.**



## **AUTUAÇÃO**

Aos 11 dia(s) do mês de agosto de 2023 nesta cidade de Telêmaco Borba, na sede da Prefeitura, autuo o presente processo e documentos anexos que adiante se vê(em) do que, para constar eu, GRAZIELE RODRIGUES PRESTES HONORATO, funcionário encarregado lavrei o presente termo.

GRAZIELE RODRIGUES  
PRESTES  
HONORATO:043669369  
09

Assinado de forma digital por  
GRAZIELE RODRIGUES PRESTES  
HONORATO:04366936909  
Dados: 2023.08.11 08:38:22 -03'00'

**GRAZIELE RODRIGUES PRESTES  
HONORATO**



graziele.prestes@telemacoborba.pr.gov.br

P. M. T. B.  
Fls. 02

**De:** licitacao@telemacoborba.pr.gov.br  
**Enviado em:** quinta-feira, 10 de agosto de 2023 16:57  
**Para:** graziele.prestes@pmtb.pr.gov.br  
**Assunto:** ENC: CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023 - CONTRARRAZÕES COMPLETO  
**Anexos:** CONTRARRAZÕES - STEL - TELÊMACO BORBA - ASSINADO.PDF;  
PROCESSOURBANGREEN.PDF

P. M. T. B.

Fls. 1058

**Prioridade:** Alta

**Denise Ap<sup>a</sup>. M. Maciel**

SMA | DL – Divisão de Licitação  
Tel: (42) 3904-1698  
Prefeitura de Telêmaco Borba

Esta mensagem pode conter informação confidencial e/ou privilegiada. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar, ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nestas informações. Se você recebeu esta mensagem por engano, por favor, avise imediatamente o remetente, respondendo o e-mail e em seguida, apague-o. A Prefeitura não é responsável pelo conteúdo ou veracidade desta informação. Agradecemos sua cooperação.

**De:** Contratos | | Avante Licitacoes <contratos@avantelicitacoes.com.br>  
**Enviada em:** quinta-feira, 10 de agosto de 2023 16:51  
**Para:** licitacao@pmtb.pr.gov.br  
**Assunto:** CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023 - CONTRARRAZÕES COMPLETO  
**Prioridade:** Alta

**MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA - ESTADO DO PARANÁ**  
**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023**

STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.248.071/0001-57 e NIRE 412.0540696-7, com sede na cidade de Cambé, Estado do Paraná, à Rua Francisco Delgado Sanches, 305 – Letra C, Jardim Vitória, CEP 86.182-130, por sua representante legal, vem tempestivamente, oferecer CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto por UBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, com base nas razões que passa a expor.

Atenciosamente,



**Sofia Bühner Lima**  
Auxiliar Administrativa

(43) 3344-4119  
Av. Aminthas de Barros, 399 - Sala 08 - Londrina/PR  
contratos@avantelicitacoes.com.br  
www.avantelicitacoes.com.br

f i n



MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA - ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023

**STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.248.071/0001-57 e NIRE 412.0540696-7, com sede na cidade de Cambé, Estado do Paraná, à Rua Francisco Delgado Sanches, 305 – Letra C, Jardim Vitória, CEP 86.182-130, por sua representante legal, vem tempestivamente, oferecer **CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO**, interposto por **UBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI**, com base nas razões que passa a expor.

## PREAMBULAR

Inicialmente, dá conhecimento a esse D. Comissão da decisão proferida pelo Município de Curiúva, que não só multou a Recorrida e seu sócio, como **declarou a inidoneidade** da empresa, decisão que originou a Execução Fiscal 0000664-67.2023.8.16.0078,



Site oficial: [www.avantelicitacoes.com.br](http://www.avantelicitacoes.com.br)

E-mail: [contato@avantelicitacoes.com.br](mailto:contato@avantelicitacoes.com.br) / Telefone: (43) 3344-4119



disponível no Sistema PROJUDI, para que a D. Comissão proceda as verificações necessárias quanto à legalidade da participação da Recorrente neste certame.

## 2 - DOS FATOS e DO DIREITO

Na presente **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03/2023**, que tem por objeto a "TRATAMENTO URBANÍSTICO DE VIAS PÚBLICAS", a Recorrente foi corretamente inabilitada insuficiência de atestados técnicos, senão vejamos a decisão:

E, INABILITADOS os seguintes interessados, pelos seguintes motivos:

- URBAN GREEN – SERVICOS URBANISTICOS LTDA - CNPJ 26.453.541/0001-69

Os atestados de Capacidade Técnica Profissional e Operacional apresentados são insuficientes para a comprovação de sua qualificação técnica, uma vez que estes não possuem nenhum serviço relacionado a pavimentação, conforme item 10.2.3 e 10.2.4 do edital.



O Tribunal de Contas da União, consolidou entendimento através da Súmula nº 263/2011:

SÚMULA Nº 263/2011 – TCU: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, **simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado,** é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado."

Na verdade, os atestados da Recorrente não atendem o quesito similaridade ou pertinência não só por não evidenciar expertise

na atividade de pavimentação, mas também porque não atendem a este quesito na parcela de efetiva maior relevância neste certame que é a parte ELÉTRICA, inclusive parcela de maior valor financeiro agregado.

O atestado apresentado é absolutamente insuficiente diante da magnitude do objeto licitado. Os serviços executados correspondem a atividade de aplicação de concreto usinado, paver, bancos de praças, plantio de grama, e outras que não guardam relação com as parcelas de maior relevância deste certame.

Note-se que PAVIMENTAÇÃO não é construção de calçadas, são atividades totalmente diversas.

Considerando que o montante licitado é vultoso, e tem como parcelas de maior relevância as instalações elétricas e pavimentação, as empresas deveriam apresentar, ao menos, expertise considerável nesses dois pontos para que permanecessem habilitadas.

O contexto da exigência editalícia está claro, não se pode valer de preciosismos linguísticos, alterando o contexto, para induzir em erro essa comissão, uma vez que o atestado apresentado pela Recorrente não atende ao critério similaridade e pertinência.

Note-se que não há que se falar em complementação de documentos ou realização de diligência para esse fim, posto que o documento comprobatório, obrigatório, não foi apresentado. Neste sentido, há de se observar o **PARECER n. 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU, da ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**, que muito bem explanou o tema, concluindo o seguinte:

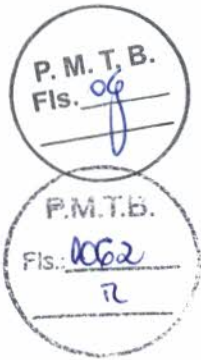
*Ante o exposto, opina-se para que se mantenha a observância das normas do Decreto nº 10.024, de 2019, que estabelecem a necessidade de apresentação de documentação de habilitação juntamente com a proposta e que não permitem apresentação posterior de documento não apresentado, razão pela qual não se vê necessidade de alterar os modelos de instrumentos convocatórios, ressalvada ulterior alteração do Decreto.*

Ou seja, não há que se falar em realização de diligência para o caso em pauta, uma vez que a apresentação do documento



# AVANTE

## LICITAÇÕES



completo para fins de habilitação é clara exigência do Edital, a diligência somente seria cabível caso o documento completo fosse apresentado e sobre ele pairasse alguma dúvida, não para socorrer licitante que deixa de apresentar documento obrigatório, assim, deve ser mantida a inabilitação da Recorrente, o que se requer.

Ademais, não é possível à comissão de licitação admitir flexibilidades que comprometem a segurança do certame e afrontem a legislação em vigor.

Como se vê, o "princípio da vinculação ao instrumento convocatório", ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos princípios da IGUALDADE, IMPESSOALIDADE, PUBLICIDADE, MORALIDADE e PROIBIDADE ADMINISTRATIVA, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível, nos exatos termos das regras previamente estipuladas. Isso sem contar a necessidade de perpetuação de tal "vinculação durante toda a execução do contrato".

Importante destacar que há inúmeras decisões do Tribunal de Contas da União sobre a vinculação ao edital, que podem ser sintetizadas na recomendação apresentada pelo tribunal no Acórdão 483/2005:

**"Observe com rigor os princípios básicos que norteiam a realização dos procedimentos licitatórios, especialmente o da vinculação ao instrumento convocatório e o do julgamento objetivo, previstos nos artigos 3º, 4, 44 e 45 da Lei nº 8.666/1903".**

Em suma, a inabilitação da Recorrente deve ser mantida, posto que apresentou atestado insuficiente ao exigido pelo Edital, sendo que seu retorno ao certame comprometeria os princípios da LEGALIDADE, RAZOABILIDADE, ISONOMIA, VINCULAÇÃO AO EDITAL E JULGAMENTO OBJETIVO.

## DO PEDIDO

Inicialmente, com base no documento anexo, deve a Comissão Licitante diligenciar quanto à regularidade da participação da Recorrente neste certame, tendo em vista a aplicação de penalidade de inidoneidade pelo Município de Curiúva.

Para garantir o atendimento aos princípios norteadores dos procedimentos licitatórios, deve ser NEGADO PROVIMENTO ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, mantendo-se a inabilitação e desclassificação da Recorrente, para prosseguimento do procedimento licitatório.

Termos em que pede deferimento.

Londrina, 10 de agosto de 2023.

EDNEIA DE FATIMA  
CARVALHO:324391  
56949

Assinado de forma digital  
por EDNEIA DE FATIMA  
CARVALHO:32439156949  
Dados: 2023.08.10  
16:17:03 -03'00'

**STEL – SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA**  
**CNPJ/MF 07.248.071/0001-57**





## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:  
MUNICÍPIO DE CURITIBA:76167725000130  
PUB. OFICIAL  
Local: CURITIBA - PARANÁ  
Ass: 2022.10.27 10:07:00

MUNICÍPIO DE  
**CURITIBA**

ANO XI | Publicação Nº 10249 | quinta-feira, 27 de outubro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

### DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

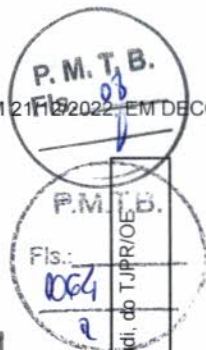
*Aplica penalidades à pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.453.541/0001-69, em decorrência de inexecução aos termos do Edital de Tomada de Preços nº 07/2021 e Contrato 41/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para execução de pavimento poliédrico a ser realizado na estrada do Bairro Guajuvira.*

Cuida-se de procedimento administrativo para apuração de inexecução contratual, em tese, praticada pela contratada URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.453.541/0001-69. Referida empresa foi a vencedora da Tomada de Preços nº 07/2021 e signatária do Contrato nº 41/2021, cujo objeto é a "Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para execução de pavimento poliédrico a ser realizado na estrada do Bairro Guajuvira". O valor da contratação perfaz a importância de **R\$ 1.160.733,80 (um milhão, cento e sessenta mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta centavos)**.

Notificada na forma da legislação pertinente, a empresa apresentou defesa prévia em prazo oportuno, motivo pelo qual sua defesa deve ser recebida. O Setor Jurídico pronunciou-se sobre o mérito da defesa prévia, opinando pela rejeição dos argumentos apresentados e manifestando a necessidade de aplicação das penalidades previstas no contrato.



Alo Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURITIBA CNPJ 76167725000130 em 27/10/2022  
Av. Antônio Cunha, 81 - Fone (43) 3548-1222 - CEP 84280-000 - Curitiba - Estado do Paraná  
A Prefeitura de Curitiba dá garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico  
do site [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br)



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OB  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJ8 3ZJSR





## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE  
**CURIÚVA**

ANO XI | Publicação Nº 10249 | quinta-feira, 27 de outubro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

Posto isso, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, fazendo uso das atribuições legais inerentes ao cargo, **DECIDO ACATAR** integralmente o conteúdo do parecer exarado pelo Setor Jurídico no Processo Administrativo nº 134/2021, cujos fundamentos legais e jurídicos **adoto** como motivação para o presente ato decisório, em razão de seus irrepreensíveis e inafastáveis argumentos (conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019).

Por conseguinte, recebo a defesa prévia apresentada, haja vista sua tempestividade. No mérito, julgo improcedentes as razões apresentadas, porquanto não foi demonstrado qualquer argumento válido e capaz de afastar a responsabilização da empresa pelo descumprimento da obrigação assumida, de modo que devem ser reputados verazes os fatos apontados na notificação extrajudicial e aplicadas as penalidades descritas no contrato nº 41/2021.

Com efeito, **APLICO** à pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA as seguintes penalidades:

1. **Multa** por inexecução do Contrato nº 41/2021, no valor de **R\$ 348.220,14** (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais e quatorze centavos).

2. **Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo período de 2 (dois) anos**, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.

3. **Declaração de inidoneidade**, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 27/10/2022  
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico  
do site [www.curiuva.pr.gov.br](http://www.curiuva.pr.gov.br).

P.M.T.B.  
Fis. 1068  
2

P.M.T.B.  
Fis. 1068  
2

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, de TJPR/05  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJE8 3ZJSR





## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE  
**CURIÚVA**

ANO XI | Publicação Nº 10249 | quinta-feira, 27 de outubro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

Para o fiel cumprimento desta decisão, **SOLICITO** aos Departamentos envolvidos que adotem as seguintes medidas administrativas:

1. O Departamento de Licitações deve proceder ao registro das penalidades no TCE/PR e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme artigo 23 da Lei Anticorrupção.

2. O Departamento de Tributação deve expedir guia de recolhimento no valor da multa, a fim de possibilitar à empresa o pagamento da penalidade. Caso não haja o pagamento, o débito será inscrito em dívida ativa e executado pelo Setor Jurídico conforme a legislação pertinente.

Nos termos do Acórdão nº 2.218/2011 do Tribunal de Contas da União, as penalidades aplicam-se de igual forma a outras pessoas jurídicas que, em seus atos constitutivos, figurem como proprietário, sócio ou acionista o Sr. **ANDRÉ OLIVEIRA DE NADAI**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº 6.656.516- 5/SESP/PR e CPF/MF sob o nº 007.118.629-82.

Em ato contínuo, **NOTIFICO** o representante legal da pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA de que:

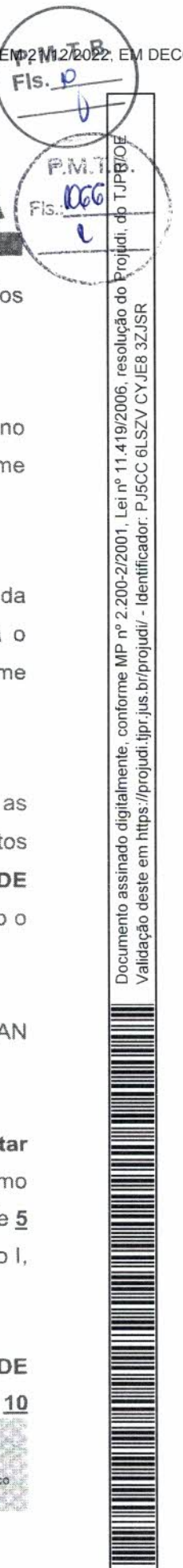
1. Da condenação de **Multa** e de **Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município** cabe a interposição de **RECURSO HIERÁRQUICO** ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, de modo que a empresa poderá interpô-lo, se assim quiser, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento desta decisão, conforme artigo 109, inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.666/93.

2. Da declaração de inidoneidade cabe a apresentação de **PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ao Secretário Municipal**, que deve ser exercido no prazo de **10**



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP-Brasil. Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76187725/0001-30 em 27/10/2022  
Av. Antônio Cunha, 81 – Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 – Curiúva – Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico do site [www.curiuva.pr.gov.br](http://www.curiuva.pr.gov.br).









## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130  
PUB. Nº 11.419/2006  
Local: CURIÚVA - PARANÁ  
At: 21/12/2022

# CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 10430 | quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

### DECISÃO ADMINISTRATIVA PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

*Decisão sobre o pedido de reconsideração apresentado pela pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.453.541/0001-69, em decorrência de procedimento administrativo referente à inexecução aos termos do Edital de Tomada de Preços nº 07/2021 e do Contrato nº 41/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para execução de pavimento poliédrico a ser realizado na estrada do Bairro Guajuvira.*

Determinada a abertura de procedimento administrativo, e regularmente notificada sobre a decisão que lhe impôs penalidades, a pessoa jurídica **URBAN GREEN SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA** apresentou Pedido de Reconsideração ao Secretário Municipal (estabelecido no artigo 109, inciso III, da Lei nº 8.666/93), o qual recebo por ser tempestivo.

Tendo em vista que a Lei nº 8.666/93 confere ao Secretário Municipal a **competência exclusiva** para aplicação da declaração de inidoneidade (artigo 87, inciso IV e §3º), bem como para a decisão sobre o pedido de reconsideração (artigo 109, inciso III), **DECIDO não reconsiderar a decisão outrora tomada**, de modo que **mantenho** a declaração de inidoneidade da pessoa jurídica **URBAN GREEN SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA**.

Conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019, a motivação do presente ato decisório está constituída pelo conteúdo dos pareceres oriundos do Setor Jurídico, com os quais manifesto minha total concordância.

Curiúva, 21 de dezembro de 2022.

**REINALDO VICENTIN**

Secretário Municipal de Administração



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil. Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 21/12/2022  
Av. Antônio Cunha, 81 - Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 - Curiúva - Estado do Paraná

A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico  
do site [www.curiuva.pr.gov.br](http://www.curiuva.pr.gov.br)

P.M.T.B.  
Fis.: 19

P.M.T.B.  
Fis.: 19

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/DE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJEB 3ZJSR



## ÓRGÃO OFICIAL ELETRÔNICO

Assinado Digitalmente por:  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA: 76167725000130  
PUB. OFICIAL  
Local: CURIÚVA - PARANÁ  
Assinatura: 1/12/2022

# CURIÚVA

ANO XI | Publicação Nº 10431 | quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

### DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES

*Decisão sobre o Recurso Hierárquico interposto pela pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.453.541/0001-69, em decorrência de procedimento administrativo referente à inexecução aos termos do Edital de Tomada de Preços nº 07/2021 e do Contrato nº 41/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para execução de pavimento poliédrico a ser realizado na estrada do Bairro Guajuvira.*

Determinada a abertura de procedimento administrativo, e regularmente notificada para apresentar Recurso Hierárquico e Pedido de Reconsideração, a pessoa jurídica URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS LTDA, apresentou Recurso Hierárquico no prazo estabelecido no art. 109, inciso I, alínea "f" da Lei nº 8.666/93. Com efeito, decido conhecer o Recurso, por ser tempestivo.

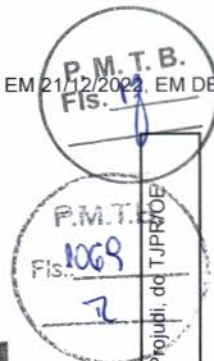
Conforme artigo 2º, §3º, do Decreto Federal nº 9.830/2019, a motivação do presente ato decisório está constituída pelo conteúdo dos pareceres oriundos do Setor Jurídico, com os quais manifesto minha total concordância, em razão dos seus irrepreensíveis e inafastáveis argumentos.

Posto isso, **ficam mantidas** as penalidades outrora aplicadas pelo Ilustríssimo Senhor Secretário Municipal de Administração. São elas:

1. **Multa** por inexecução do Contrato nº 41/2021, no valor de **R\$ 348.220,14** (trezentos e quarenta e oito mil, duzentos e vinte reais e quatorze centavos).



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 21/12/2022  
Av. Antônio Cunha, 81 - Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 - Curiúva - Estado do Paraná  
A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico  
op site [www.curiuva.pr.gov.br](http://www.curiuva.pr.gov.br).



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001. Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJP/PR  
Validação deste em <https://projudi.tpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJE8 3ZJSR







ÓRGÃO OFICIAL  
ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE  
**CURIÚVA**

ANO XI | Publicação Nº 10431 | quarta-feira, 21 de dezembro de 2022 | Criado de acordo com a Lei Municipal 1205/2013

P. M. T. B.  
Fls. 14

P.M.T.B.  
Fls. 1060  
12

**2. Suspensão do direito de licitar e de contratar com o Município pelo período de 2 (dois) anos, com fundamento no artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993.**

Informo que o Secretário Municipal, valendo-se da competência exclusiva que lhe confere o artigo 87, inciso IV, e §3º, da Lei de Licitações, **decidiu não reconsiderar de sua decisão**, de modo que fica mantida para todos os efeitos a penalidade de **Declaração de Inidoneidade**.

Nos termos do **Acórdão nº 2.218/2011 do Tribunal de Contas da União**, as sobreditas penalidades aplicam-se de igual forma a outras pessoas jurídicas que, em seus atos constitutivos, figurem como proprietário, sócio ou acionista o Sr. **ANDRÉ OLIVEIRA DE NADAI**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº 6.656.516- 5/SESP/PR e CPF/MF sob o nº 007.118.629-82.

E para o fiel cumprimento desta decisão, **SOLICITO** aos Departamentos envolvidos que adotem as seguintes medidas administrativas:

1. O **Departamento de Licitações** deve proceder ao registro das penalidades no TCE/PR e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, conforme artigo 23 da Lei Anticorrupção.

2. O **Departamento de Tributação** deve expedir guia de recolhimento no valor da multa, a fim de possibilitar à empresa o pagamento da sanção pecuniária. Caso não haja o pagamento, o débito será inscrito em dívida ativa e executado pelo Setor Jurídico conforme a legislação pertinente.

É como fica decidido.

Curiúva, 21 de dezembro de 2022.

**NATA NAEL MOURA DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Curiúva/PR



Ato Oficial com Certificado Digital padrão ICP Brasil, Assinado Eletronicamente e Publicado por  
MUNICÍPIO DE CURIÚVA CNPJ 76167725/0001-30 em 21/12/2022  
Av. Antônio Cunha, 83 - Fone (43) 3545-1222 - CEP 84280-000 - Curiúva - Estado do Paraná  
A Prefeitura de Curiúva dá garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do Órgão Oficial Eletrônico  
do site [www.curiuva.pr.gov.br](http://www.curiuva.pr.gov.br)

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJE8 3ZJSR



Fls. 15

P.M.T.

Fls. 15

Documentação assinada digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/JOE  
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJE8 3ZJSR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA		
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 26.453.541/0001-69 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 31/10/2016
NOME EMPRESARIAL URBAN GREEN SERVICOS URBANISTICOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 71.12-0-00 - Serviços de engenharia		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 35.20-4-01 - Produção de gás; processamento de gás natural 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos 38.22-0-00 - Tratamento e disposição de resíduos perigosos 38.39-4-01 - Usinas de compostagem 38.39-4-99 - Recuperação de materiais não especificados anteriormente 41.20-4-00 - Construção de edifícios 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-01 - Administração de obras 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R PAULO FRONTIN	NÚMERO 145	COMPLEMENTO *****
CEP 86.061-260	BAIRRO/DISTRITO ITAMARATI	MUNICÍPIO LONDRINA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO NADAI@URBANGREEN.COM.BR		TELEFONE (43) 3017-1762
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 31/10/2016
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 21/12/2022 às 15:36:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Fls. 16

P.M.T.B.

Fls. 102

2

## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 26.453.541/0001-69  
**NOME EMPRESARIAL:** URBAN GREEN SERVICOS URBANISTICOS LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:** R\$600.000,00 (Seiscentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** ANDRE OLIVEIRA DE NADAI  
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 21/12/2022 às 15:37 (data e hora de Brasília).

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/PR  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJES 3ZJSR







Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução de  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ5CC 6LS7V CYJE8 3ZJSR



Prefeitura Municipal de Curiuva - Setor de Tributação  
Notificação Extrajudicial

Curiuva/PR, em 06 de Fevereiro de 2023

Senhor Contribuinte,

Através deste, notificamos que Vossa Senhoria possui débitos (NOS TERMOS DA DECISÃO ADMINISTRATIVA DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADES, PUBLICADA EM 21/12/2022, EM DECORRÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO REFERENTE À INEXECUÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2021 E DO CONTRATO Nº 41/2021), junto à fazenda pública deste município.

Para tanto Vossa Senhoria, ou o representante, deverá comparecer, ou entrar em contato com o Setor de Tributação (e-mail: tributacao@curiuva.pr.gov.br), na Prefeitura, sito a Avenida Antonio Cunha, 81, para quitar, em até 15 (quinze) dias a partir do recebimento, ou publicação deste aviso.

Também fica notificado(a) para comprovar no mesmo prazo o pagamento da dívida, ou que, de qualquer forma, não é devedor do valor constante neste aviso.

Após este prazo, para dar atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a referida DECISÃO, o Município estará ajuizando o valor do debito, assim como, podendo incluir o CPF e/ou CNPJ do (s) contribuinte (s) nos órgãos de proteção de crédito e cadastro de inadimplentes.

CONTRIBUINTE

**Empresa:** URBAN GREEN - SERVIÇOS URBANISTICOS - EIRELI - **CNPJ:** 26.453.541/0001-69 - **Insc. municipal:** 211132 - **Endereço:** RUA FRONTIN, 145 - ITAMARATI CEP: 86060370 Londrina - PR

VALOR TOTAL EM DÍVIDA ATIVA EXPRESSO EM REAIS ATUALIZADO ATÉ 06/02/2023, R\$ 355.184,54

DETALHAMENTO DA DÍVIDA

Tributo	Ano Vencimento	Principal	Correção	Juros	Multa	Total
Multa/Juros/Correção	2022 23/01/2023	348.220,14	0,00	0,00	6.964,40	355.184,54

Jorge Isaac Padel Neto  
Divisão de Tributação



P. M. T. B.  
Fis. 1046  
A

P. M. T. B.  
Fis. 1046  
A

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em https://projudi.tjpr.jus.br/projudi - Identificador: PJ5CC 6LSZV CYJE8 3ZJSR

Correios		AVISO DE RECEBIMENTO	AR
DESTINATÁRIO URBAN GREEN-SERVIÇOS URBANÍSTICOS-EIRELI RUA PAULO FRONTIN 145 ITAMARATI 86061-260 - LONDRINA - PR		DATA DE POSTAGEM 06 FEV. 2023	
UNIDADE DE POSTAGEM LONDRINA		UNIDADE DE ENTREGA LONDRINA/PR	
BR 65005702 1 BR		10 FEV 2023	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR MUNICÍPIO DE CURIÚVA AV. ANTONIO CUNHA 81 PREFEITURA CENTRO 84280-000 - CURIÚVA - PR			
TENTATIVAS DE ENTREGA		OBSERVAÇÃO	
1ª _____ : _____ h		MOTIVO DE DEVOLUÇÃO	
2ª _____ : _____ h		1 Mudou-se 8 Recusado	
3ª _____ : _____ h		2 Endereço insuficiente 9 Não procurado	
		3 Não existe o número 7 Ausente	
		4 Desconhecido 8 Falecido	
		9 Outros	
ASSINATURA DO RECEBEDOR X GUSTAVO		RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTEIRO 86064260	
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR Gustavo L. Zan.		DATA DE ENTREGA 10/02/23	
		Nº DOC. DE IDENTIDADE	

(ÁREA DE COLA NO VERSO)





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**

**RELATÓRIO DE RECURSO**



**MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2023**

**PROCESSO: 13228/2023**

**OBJETO: TRATAMENTO URBANISTICO DE VIAS PÚBLICAS.**

**RECORRENTE: URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANISTICOS EIRELI.**

**PROTOCOLO DE RECURSO ADMINISTRATIVO: 25643/2023 de 03 de agosto de 2023.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de processo licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Telêmaco Borba, na modalidade de Concorrência Pública para **TRATAMENTO URBANISTICO DE VIAS PÚBLICAS**, com abertura da sessão pública em 24 de julho de 2023 conforme edital e anexos constantes dos autos do processo.

Os membros da Comissão Permanente de Licitação, Celso Roberto Babo Alves Junior, Leonardo Canova Lima e Marciano Moleta, designados conforme a Portaria nº 4.979 de 18 de novembro de 2022, se reuniram em 23 de agosto de 2023 para análise do presente recurso.

**DOS FATOS**

Conforme constado em ata, no dia 24 de julho de 2023, foi realizada sessão pública para o recebimento dos envelopes de habilitação e proposta, credenciamento dos representantes presentes, e abertura dos envelopes de habilitação.

Após abertura dos envelopes de habilitação, os documentos neles contidos foram disponibilizados para análise, posteriormente a sessão foi suspensa para análise técnica dos documentos de habilitação.

No dia 26 de julho de 2023, conforme relatório de análise dos documentos de habilitação presente nas folhas nº 946 a 948 deste processo, e disponibilizada por e-mail a todos os participantes, os membros da CPL, juntamente com o responsável pela elaboração do Termo de Referência se reuniram para análise dos respectivos documentos. Após análise destes, a CPL decidiu por declarar INABÍLITAR a recorrente, devido a falta de atestados de capacidade técnica que comprovassem a execução de serviços relacionados a pavimentação.

**DO DIREITO**

O recurso administrativo da recorrente, conforme protocolo acima mencionado é tempestivo e perfaz os pressupostos de aceitabilidade, eis que presentes a tempestividade e a legitimidade.





### DAS RAZÕES

A recorrente reivindica sua habilitação sobre os argumentos de que o edital é omissivo e genérico, não sendo claro quanto às exigências para comprovação de qualificação técnica, e que a mesma possui experiência na área de pavimentação, e que esta pode ser comprovada através dos atestados encaminhados em anexo a este recurso.

### DAS CONTRA RAZÕES

A empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, apresentou suas contrarrazões tempestivamente, em 11 de agosto de 2023, através do processo administrativo com protocolo nº 26672/2023.

Neste, a empresa solicita a verificação quanto à legalidade da participação da recorrente neste certame, devido ao processo de inidoneidade aplicado pelo Município de Curiúva.

Em relação à solicitação da recorrente, a contrarrazoante afirma que os documentos apresentados não suprem as exigências do Edital, e que a apresentação tardia de novos documentos fere os princípios da legalidade, razoabilidade, isonomia, vinculação ao edital e julgamento objetivo.

### DO JULGAMENTO DO RECURSO

A CPL realizou a análise do recurso, das contrarrazões e dos demais documentos constantes neste processo e considerou o seguinte:

1) Em relação à solicitação realizada pela empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA, a qual trata do processo de inidoneidade da empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI, esta Comissão entende que tal apontamento está sendo realizado em momento inoportuno e intempestivo, porém, a Comissão esclarece, que tal consulta foi realizada antes do início da sessão pública, inclusive na presença do representante da empresa STEL SISTEMAS ELÉTRICOS LTDA., conforme descrito na Ata da sessão pública:

*“Em seguida, foi realizada consulta no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR e verificou-se que todas as empresas estavam em situação de conformidade.”*

Conforme consulta realizada durante a sessão, o impedimento do direito de licitar da empresa URBAN GREEN – SERVIÇOS URBANÍSTICOS EIRELI foi suspenso através da Decisão liminar proferida no mov. 30.1 dos autos 0000587-58.2023.8.16.0078, expedida em 11 de julho

*Handwritten signature and the number 29.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE LICITAÇÃO



de 2023, conforme recorte abaixo, e anexo nas páginas a seguir, e disponível para consulta pública em: <https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>.

Baixa/Suspensão/Reativação

Tipo de Suspensão de Impedimento ☐ Por Prazo Determinado ☒ Por Prazo Indeterminado

Data da publicação do ato	11/07/2023
Data Ato	11/07/2023
Tipo de Ato	Decisão Judicial (liminar)
Número do Ato	58758
Ano do Ato Declaratório	2023
Data da Suspensão de Impedimento	11/07/2023
Data Fim da Suspensão de Impedimento Determinada	
Motivo da Suspensão de Impedimento	Decisão liminar proferida no mov. 30.1 dos autos 0000587-58.2023.8.16.0078.

Usuário não logado. Para acessar o sistema utilize o botão ao lado. **Acessar**

2) A respeito da exigência de acervo em serviços de pavimentação, de fato o edital não traz exigência específica para nenhum tipo de serviço, mais exige que sejam apresentados documentos que comprovem experiência anterior na execução de serviço semelhante ao objeto da licitação, então, considerando a relevância financeira de tal serviço, o qual corresponde a aproximadamente 16% do orçamento, bem como sua relevância técnica e operacional, entende-se como indispensável a comprovação de experiência anterior na execução deste, fato este que não pode ser constatado nos documentos apresentados.

A inabilitação por falta de qualquer documento exigido em edital está prevista no item 10.5.6. do respectivo instrumento convocatório.

**“10.5.6. A falta de quaisquer dos documentos exigidos em edital ou sua apresentação em desconformidade implicará na inabilitação da licitante, ressalvado o contido no item 10.5.9.”**

Sendo assim, a decisão da Comissão esta amparada no Art. 41º da Lei nº 8.666/93, o qual traz o principio da vinculação ao edital.

**“Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”**

Princípio este, reforçado no inc. V do Art. 43 da Lei nº 8.666/93:

 19





**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



*"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

***V - Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital:***"

Em relação a juntada de documento posterior, contraria o disposto no §3º do Art. 43 da Lei nº 8.666/93, o qual permite a realização de diligências com a finalidade de esclarecer ou complementar a instrução do processo, porém veda a inclusão de documento que deveria constar na originalmente na proposta.

*"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:*

*(...)*

***§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.***"

E por fim, temos ainda, recente parecer nº 00006/2021/CNMLC/CGU/AGU, o qual traz posicionamento contrário ao Acórdão TCU nº 1211/2021- Plenário:

*"Ante o exposto, opina-se para que se **mantenha a observância das normas do Decreto nº 10.024, de 2019, que estabelecem a necessidade de apresentação de documentação de habilitação juntamente com a proposta e que não permitem apresentação posterior de documento não apresentado**, razão pela qual não se vê necessidade de alterar os modelos de instrumentos convocatórios, ressalvada ulterior alteração do Decreto."*

Desta forma, com base nos fatos descritos acima, esta Comissão entende que não foram apresentados fatos ou argumentos suficientes que justifiquem a solicitação da recorrente.

**DA DECISÃO**

Pelas razões expostas, a Comissão Permanente de Licitação, conhece do recurso por tempestivo, e decide como improcedente, mantendo a decisão inicial.

Por fim, encaminhamos para Deliberação do Sr. Prefeito.

*[Handwritten signature and initials]*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

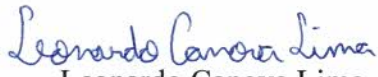
**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**



Telêmaco Borba, 23 de agosto de 2023.

  
Marciano Moleta  
Membro

  
Celso Roberto Babo Alves Junior  
Membro

  
Leonardo Canova Lima  
Membro





**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ





## Detalhes do Impedido de Licitar

### Dados do sancionado

Tipo documento	CNPJ	Número documento	26.453.541/0001-69
Nome	URBAN GREEN - SERVICOS URBANISTICOS LTDA		

### Informações Gerais

Município	CURIÚVA		
Situação:	Suspensão		
CNPJ Entidade	76.167.725/0001-30		
Entidade	MUNICÍPIO DE CURIÚVA		
Órgão			
Cargo da autoridade Responsável	SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Nº Processo Sanção	134/2021		
Nº Processo Licitatório	TOMADA DE PREÇOS 07/2021		
Tipo de Sanção	Declaração de inidoneidade		
Fundamento Legal	art. 87, IV da Lei nº 8.666/93		
Descr. Fundamento Legal	Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.		
Sanção/motivo	INEXECUÇÃO DO CONTRATO 41/2021		
Observação complementar	Confirmação da penalidade imposta, Ed.: 10430, 21/12/2022, pelo Secretário Municipal		
Data da publicação do ato que impõe a sanção	27/10/2022		
Data Ato	27/10/2022		
Nome veículo divulgação	MUNICÍPIO DE CURIÚVA		
Tipo de Ato Declaratório	DECISÃO		
Número do Ato Declaratório	10249	Ano do Ato Declaratório	2022
Tipo de Impedimento:	<input type="radio"/> Prazo Determinado <input checked="" type="radio"/> Prazo Indeterminado		
Data início impedimento	27/10/2022		
Data fim Impedimento			

### Baixa/Suspensão/Reativação

Tipo de Suspensão de Impedimento	<input type="radio"/> Por Prazo Determinado <input checked="" type="radio"/> Por Prazo Indeterminado		
Data da publicação do ato	11/07/2023		
Data Ato	11/07/2023		
Tipo de Ato	Decisão Judicial (liminar)		
Número do Ato	58758	Ano do Ato Declaratório	2023
Data da Suspensão de Impedimento	11/07/2023		



Data Fim da Suspensão de  
Impedimento Determinada

Motivo da Suspensão de  
Impedimento

Decisão liminar proferida no mov. 30.1 dos autos 0000587-58.2023.8.16.0078.



Usuário não logado. Para acessar o sistema utilize o botão ao lado.

[Acessar](#)



# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



## GABINETE DO PREFEITO

### DELIBERAÇÃO 163/2023

Em atenção ao Processo Licitatório 13228/2023, Concorrência nº 003/2023, o qual tem por objeto o tratamento urbanístico de vias públicas.

Considerando o Relatório de Recurso de fls. 1077/1081, instaurado diante do recurso interposto pela Recorrente URBAN GREEN - Serviços Urbanísticos Eireli, que reconhece por tempestivos o recurso administrativo, e decide como improcedente, mantendo a decisão inicial, **estou de acordo** com a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação.

Diante do exposto, e em respeito ao princípio da motivação das decisões dos atos administrativos, os quais deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, **mantenho a decisão** apresentada pela Comissão Permanente de Licitações pelos mesmos fundamentos juntados às fls. 141/143.

Gabinete do Prefeito, 29 de agosto de 2023.

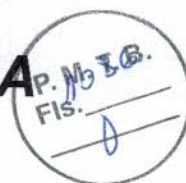
  
Marcio Artur de Matos  
Prefeito





# MUNICÍPIO DE TELÊMACO BORBA

ESTADO DO PARANÁ



## GABINETE DO PREFEITO

### DELIBERAÇÃO 170/2023

Em atenção ao Processo Licitatório 13228/2023, Concorrência nº 003/2023, o qual tem por objeto o tratamento urbanístico de vias públicas.

Considerando o Relatório de Recurso de fls. 1031/1036, instaurado diante do recurso interposto pela Recorrente Stel Sistemas Elétricos, que reconhece por tempestivos o recurso administrativo, e decide como improcedente, mantendo a decisão inicial, **estou de acordo** com a decisão proferida pela Comissão Permanente de Licitação.

Diante do exposto, e em respeito ao princípio da motivação das decisões dos atos administrativos, os quais deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, **mantenho a decisão** apresentada pela Comissão Permanente de Licitações pelos mesmos fundamentos juntados às fls. 1031/1036.

Gabinete do Prefeito, 05 de agosto de 2023.

  
Marcio Artur de Matos  
Prefeito